



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RAQUEL KATLLYN SANTOS DA SILVA

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MENTIRA NA POLÍTICA INTERNACIONAL

**JOÃO PESSOA
2015**

RAQUEL KATLLYN SANTOS DA SILVA

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MENTIRA NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. Área de concentração: Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite.

JOÃO PESSOA
2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586i Silva, Raquel Katllyn Santos da
A instrumentalização da mentira na política internacional
[manuscrito] / Raquel Katllyn Santos da Silva . - 2015.
78 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, Departamento de Relações Internacionais".

1. Política internacional. 2. Realismo ofensivo. 3. Guerra do Iraque. I. Título.

21. ed. CDD 327.1

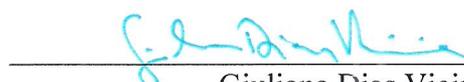
RAQUEL KATLLYN SANTOS DA SILVA

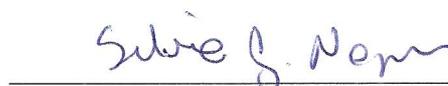
A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MENTIRA NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

Aprovado(a) em 19 / 06 / 2015.


Alexandre Cesar Cunha Leite/UEPB
Orientador(a)


Giuliana Dias Vieira/UEPB
Examinador(a)


Silvia Garcia Nogueira/UEPB
Examinador(a)

Aos meus pais, por todo esforço e renúncia em amor,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao único e eterno Deus, a quem sirvo desde menina. Deus invisível e criador de todas as coisas, que, embora seja soberano sobre Terra e céu, se revela e se relaciona com seres humanos frágeis, como eu. Sei que as minhas decisões jamais fugirão da Sua vontade amorosa para mim, e o curso de Relações Internacionais é parte disso. A Ele minha gratidão e mais profundo amor, bem como a glória para sempre.

Agradeço aos meus pais, as pessoas que mais admiro e respeito. Vocês sempre foram muito simples, trabalharam muito duro para que eu recebesse todos os benefícios e recompensas disso. Com vocês eu aprendi tudo o que sei sobre amor e dignidade. Obrigada de coração, papai e mamãe, é realmente uma honra ser filha de vocês.

Agradeço a Adinha, por se fazer presente nos momentos mais importantes da minha vida. A vovó, pelas orações e palavras de sabedoria que tanto me encorajavam nos trabalhos. A Ruth Hayne, por ser a melhor irmã-amiga que alguém poderia ter. Ao meu maravilhoso irmão, Isak Douglas, que tanto admiro. Minha gratidão a toda a família Santos e Silva, da qual tenho grande alegria em pertencer.

Agradeço ao meu querido Patrick Ramon, por ser paciente e compreensivo em meus dias de produção acadêmica. Ao Pr. Antônio do Rêgo Monteiro, por ser um bom amigo que tem me ensinado, desde a minha infância, a ser perseverante e a não desistir de sonhos profissionais. Aos meus amigos de toda a vida e aos que foram chegando mais tarde, muito obrigada. Tudo se torna mais leve com vocês por perto. Posso, sem dúvidas, afirmar: “os amigos são a nossa riqueza”.

Agradeço ao incrível e espetacular orientador, o Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, que sabe aliar amizade e disponibilidade à sua notável competência no ensino. Obrigada por tanta paciência comigo e por todos os encorajamentos, ao longo do curso, especialmente durante o quinto período. Sou muito grata mesmo, querido professor Alexandre. A Prof^ª Dr^ª Ana Paula Maielo Silva, que é para mim uma referência de profissionalismo e simpatia. Obrigada pelo carinho e acessibilidade de sempre. Ao Prof. Dr. Paulo Khulmman, que admiro por se preocupar em transformar seu conhecimento em suporte para a restauração e a provisão de oportunidades às pessoas mais necessitadas da comunidade. A todos os professores do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, no Campus V. Mais que competentes, vocês são relevantes, é válido

ressaltar. Jamais esquecerei a contribuição de cada um de vocês, professores. Considero esta a mais nobre profissão.

“Pensar na paz, a despeito do fragor dos combates, e não esquecer a guerra quando as armas silenciarem.” (ARON, 2002).

RESUMO

A instrumentalização da mentira na política internacional objetiva explicar por que e como o engano é utilizado para a obtenção de vantagens políticas no cenário internacional. À luz do realismo ofensivo de Mearsheimer, a mentira é compreendida como uma ferramenta estratégica de poder estatal, apresentando razão e efeito na sua articulação em manobras políticas. O trabalho emprega o método de abordagem dedutivo, construindo a análise do aspecto mais geral para o mais específico do tema e destrinchando o conteúdo a partir das premissas. Segue a perspectiva utilitarista à medida que compreende a mentira enquanto recurso que serve à razão de Estado, refletindo, assim, o mínimo de legitimidade política. Desse modo, o estudo inicia com um apanhado geral do tema. No primeiro capítulo, a mentira estratégica é definida e distinguida de outras formas de engano interestatal, a omissão e a torção. O capítulo posterior oferece uma discursão teórica entre a perspectiva realista ofensiva e outras contribuições relativas às Relações Internacionais acerca da utilidade estratégica da mentira. Finalmente, o estudo culmina na análise da Guerra do Iraque, em 2003, enquanto um caso ilustrativo específico dos efeitos da mentira na política internacional. Assim, a mentira instrumentalizada com finalidades políticas, se demonstra comprovadamente estabelecida entre Estados. Em vista das inúmeras especificidades de sua eficácia, é um instrumento sutil e dotado da racionalidade, decorrente dos cálculos de poder que são intrínsecos à insegurança do sistema internacional anárquico.

Palavras-Chave: Mentira. Política Internacional. Realismo Ofensivo. Guerra do Iraque.

ABSTRACT

The instrumentalization of lie in objective international politics explains why and how the deception is used to obtain political advantage in the international arena. In the light of offensive realism Mearsheimer, lying is understood as a strategic tool of state power, with reason and purpose in their relationship in political maneuvering. The work employs the deductive method of approach, building the analysis of more general aspect to the more specific theme and unpacking the contents from the premises. Follows the utilitarian perspective as comprising the lie as a resource that serves the reason of state, reflecting thus the minimum of political legitimacy. Thus, the study begins with an overview of the subject. In the first chapter, the strategic lie is defined and distinguished from other forms of interstate mistake, omission and twisting. The subsequent chapter, provides a theoretical increasing discussion between the realistic offensive perspective and other contributions relating to International Relations about the strategic use of lies. Finally, the study culminates in the Iraq War analysis, in 2003, as a specific case in the effects of lying in international politics. So the lie instrumentalized for political purposes is demonstrated proven established between States. In view of the numerous specifics of its effectiveness, it is a subtle instrument of rationality and provided due to the power of calculations that are intrinsic to the insecurity of the anarchic international system.

Keywords: Lie. International Policy. Offensive Realism. Iraq War.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MENTIRA NA POLÍTICA INTERNACIONAL	17
1.1	DEFINIÇÃO DA MENTIRA	18
1.2.	CLASSIFICAÇÕES DA MENTIRA	22
1.2.1.	A MENTIRA COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA.....	24
1.3	A ÉTICA DA MENTIRA.....	34
2	REALISMO OFENSIVO: O PENSAMENTO DE MEARSHEIMER	39
2.1.	CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO TEÓRICA.....	40
2.2.	LUZ PARA O COMPORTAMENTO DOS ATORES.....	42
2.3	O REALISMO OFENSIVO COMO RAZÃO DA MENTIRA.....	49
3	A MENTIRA COMO ESTRATÉGIA DE GUERRA POLÍTICA: INVASÃO DO IRAQUE EM 2003.....	56
3.1	SÍNTESE DA INVASÃO.....	60
3.2	A DIFUSÃO DO MEDO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA DE <i>OFFSHORE BALANCER</i>	62
3.3	A BELICOSIDADE DA MENTIRA ESTRATÉGICA.....	67
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS.....	76

INTRODUÇÃO

A mentira tem sido instrumentalizada de modo a satisfazer os propósitos e estratégias políticas dos Estados. Sendo amplamente discutida e questionada pelo pensamento ocidental, ela apresenta suas razões de existência, bem como variedades de manifestações e possíveis custos benéficos decorrentes de seu uso. Desse modo, ao ser utilizada “para o bem da pátria” a mentira é uma opção sutil para o desenvolvimento de políticas de Estado, seja para evitar a guerra ou para provocar a guerra, a depender dos interesses dos envolvidos, ou ainda, para impedir ações hostis e ameaçadoras de outros países sobre os interesses nacionais. Ela acaba por se tornar um significativo instrumento de manobra de governo, mas apresenta limites e especificidades.

O estudo da mentira, enquanto um instrumento político direcionado ao sistema internacional, pode ter como marco inicial a publicação de John J. Mearsheimer, intitulada como “Por que os líderes mentem: toda a verdade sobre as mentiras na política internacional”¹. É válido ressaltar, no entanto, que Mearsheimer não é o primeiro ou o único a tratar do assunto, outros autores, porém, não trouxeram essa temática ao contexto do cenário internacional, fazendo relevantes considerações gerais. Mearsheimer (2012), por outro lado, busca destrinchar as causas e os efeitos da mentira envolvida em articulações do jogo político.

Desse modo, dentro da análise dos fatores motivacionais da mentira política, Mearsheimer (2012) aponta para a discussão sobre a “ética da convicção” e a “ética da responsabilidade”, descrita na obra de Max Weber, “Política por vocação”, sendo a primeira, referente aos princípios morais que permeiam cada sociedade, e a última, aquela que prevalece na atividade política. A utilização da mentira na política internacional encontra respaldo na ética da responsabilidade do governante para com o bem da pátria e dos seus concidadãos, não sendo impedida, portanto, por quaisquer valores morais de comum aceitação. Por esta razão, a mentira é teorizada sob os princípios realistas, recebendo ênfase na contínua busca do Estado por sobrevivência e poder.

Enquanto instrumento de política internacional, a mentira é um assunto que apresenta inúmeros motivos pelos quais deva ser estudado no processo cumulativo de conhecimento inerente à ciência. O crescente interesse de civis, de todos Estados, pelo conhecimento do fazer política de seus governantes também é um importante fator a ser considerado. Foi justamente a demanda popular que impulsionou o surgimento da ciência política

¹ Primeira edição publicada, em 2011, com o título original: *Why leaders Lie (The Truth about Lying in International Politics)*.

internacional, em vista do anseio por “curar algum mal do corpo político” (CARR, 2001: 4 - 5). Diante de tal interesse, inevitavelmente, intensificado com os grandes avanços tecnológicos informacionais, o tema da mentira como instrumento do fazer política no cenário internacional não pode deixar de ser compreendido também pela sociedade civil² de um modo geral.

Sendo o ser humano um ser político, nas palavras de Aristóteles (2000), “um animal cívico³”, é naturalmente tendenciado a inquirir acerca das causas e das formas de estruturas organizacionais nas quais vive. A política, em sua forma mais simples, diz respeito ao modo pelo qual a vida e a sociedade são organizadas através do poder que nelas é exercido. O poder, que é a causa da luta estabelecida entre os atores internacionais, também, confere sentido ao uso da mentira como uma arma e um caminho político. Para Morgenthau (2003), tanto a política doméstica quanto a política internacional, ainda que distintas entre si, são semelhantemente definidas como a “luta pelo poder”.

A conotação da mentira que fundamentará o tema proposto é a elaborada por Mearsheimer (2012), sob a perspectiva utilitarista, apresentando um viés puramente político e cunhado na razão de Estado. Serão feitas classificações da mentira e distinções existentes entre ela e os outros meios de “enganação” política, descritas como a “torção” e a “omissão” (MEARSHIMER, 2012: 11). Sem deixar de considerar os resultados múltiplos derivados de ações efetuadas, a partir de desígnios mentirosos e as implicações de tais resultados, que podem certamente ser danosas, inclusive para o corpo político designador.

Abordar a mentira na vida política provoca grande interesse desde a sua razão mais básica, que é, segundo Mearsheimer (2012), o fato de ser quase unânime o posicionamento das pessoas sobre ser a mentira uma postura reprovável, especialmente quando relacionada aos líderes e representantes das nações. Mas ainda assim, mesmo diante da reprovação moral adjacente, reconhece-se que a mentira é um instrumento disponível na prática política. Logo, seu uso deriva em indagações. Como poderia ser a mentira articulada pelos governantes como um caminho para a paz e prosperidade nacional? Quais verdades, hostis ou nobres, poderiam ser ocultadas nas inverdades que são tão eloquentemente construídas, ao longo dos anos, e dos governos? Essas e muitas outras perguntas já expressam de modo enfático o quanto um tema

² A sociedade civil aqui indicada diz respeito ao conjunto de cidadãos comuns, não diretamente ligado ao exercício do poder político. No entanto, a distinção que se busca fazer entre sociedade política e sociedade civil “é de ordem metodológica e não orgânica, uma vez que sociedade civil e Estado se confundem na realidade concreta” (LIGUORI, 2003; MACCIOCCHI, 1976 apud PINHEIRO, 2015: 93).

³ Aristóteles compreende que o homem só é pleno em si mesmo “se estiver no seio da cidade”, nisto consiste a consideração de que ele é um “animal cívico”, o homem tem a necessidade de viver em sociedade para assim atingir o propósito supremo de sua existência: a felicidade (ARISTÓTELES, 1997: 6).

tão polêmico, como a existência real e o uso da mentira na política internacional, é capaz de instigar e impelir a pesquisa aprofundada da base e das vertentes do fazer político.

A estratégia contida na mentira, criada dentro da política internacional, também caracteriza-se como uma boa razão de interesse científico político e social. Certamente, os estudiosos de política externa encontram nesta linha de pesquisa um auxílio às suas indagações. Pois se dedicam a encontrar características, pressupostos e argumentos sólidos, que possam embasar teorias e estabelecer padrões de comportamento dos Estados, a fim de favorecer a inserção internacional de seus países.

Carr (2001) sustenta que o pensamento maduro do fazer ciência política apresenta mais que, apenas, objetivo utópico e menos que, simplesmente, rejeição a qualquer objetivo. O pensamento maduro é capaz de combinar objetivo, observação e análise, e é nesse ponto que a teorização sobre a mentira se insere. O fato de ser a mentira um artifício presente no do jogo político, com a capacidade de movimentar interesses e reconfigurar arranjos estabelecidos entre os atores internacionais, já apresenta em si a significância necessária para que seja tomada como um válido objeto de estudo.

Dessa forma, o tema é movido e desenvolvido a partir da propulsão instigante de avaliar e descobrir quais verdades se ocultam por trás de mentiras, tomando essas como um subterfúgio na prática da política internacional e como a mentira é instrumentalizada. Há, sem dúvidas, uma vasta gama de mentiras políticas históricas, embora isso não signifique que decifrá-las seja uma tarefa tão fácil ou que mentir seja um comportamento recorrente entre Estados. Mas são as razões e as consequências desse fenômeno o que torna a pesquisa mais relevante.

Como é apresentado por Mearsheimer (2012), o uso da mentira é algo relativo à inclinação de interesses, sejam estes, estratégias nacionais, de fato, ou ambições particulares de um líder de determinado governo. Mas se a mentira é demonstrada desta forma, tão volúvel acerca das razões de seu uso, quem poderia ser o árbitro da importância e do benefício de sua utilidade para uma nação ou sistema internacional? A resposta para este questionamento está imbuída no cerne do realismo ofensivo⁴. Para a maximização de seu poder, os atores motivam suas relações com os demais de modo egoísta, autointeressado e desvinculado de valores ou princípios morais de justiça e equidade.

Revelar a existência de mentiras na construção de política externa, e até mesmo interna, implica na existência também de uma razão e de um modo pelo qual os líderes

⁴ Teoria de John J. Mearsheimer, apresentada em sua obra “A Tragédia das Grandes Potências” (2001).

mentem ao mover seus interesses próprios ou nacionais. Para obter tal entendimento, Mearsheimer (2012) direciona seu pensamento acerca da mentira através de uma análise construída sobre quatro importantes questões, a fim de avaliar tanto os benefícios quanto os possíveis prejuízos causados pelos vários tipos de mentira internacional. Tais perguntas são: quais são os diferentes tipos de mentira internacional contados pelos líderes? Por que eles mentem? Quais são as circunstâncias que fazem cada tipo de mentira mais ou menos provável? E, finalmente, quais são os custos potenciais do mentir para a política interna de um Estado, assim como para a sua política externa?

As respostas dessas perguntas são imprescindíveis para o desenvolvimento da compreensão da mentira enquanto instrumento político internacional. Elas envolvem a descrição das características básicas do uso, bem como suas lógicas, probabilidades e desvantagens. Não há como investigar a participação da mentira na elaboração de política externa sem trazer com isso uma série de questionamentos a serem desenvolvidos e dissertados. Por essa razão, para vislumbrar de modo tangencial as formas, as atuações e as consequências do uso da mentira no cenário político internacional, é válido considerar um caso concreto de sua utilização.

Nesse sentido, as políticas de Estado que se seguiram para a guerra do Iraque em 2003 demonstram o quanto a presença da mentira pode ser marcante e como seus efeitos podem repercutir no cenário internacional. Tomando esse caso como o exemplo fornecido por este trabalho para ilustrar com fatos verídicos quais sejam as motivações, as articulações e os desdobramentos que a mentira internacional pode prover, é possível afirmar que as mentiras políticas dos Estados Unidos acerca do Iraque foram motivadas por interesses próprios da nação norte americana e desembocaram na guerra que dizimou um número significativo de civis iraquianos inocentes.

Tal concepção acerca da guerra do Iraque faz a mentira política parecer muito mais uma arma de interesses egoístas do que uma estratégia política benéfica e aceitável, faz lembrar o Estado de Natureza hobbesiano⁵ e torna o realismo ainda mais enfático. Nesse

⁵ “Estado de natureza” é definido por Thomas Hobbes como um estado de caos total, anterior ao estabelecimento da sociedade civil, no qual não há qualquer poder que exerça autoridade sobre os demais poderes existentes. Faz referência a lei da natureza, condição que assemelha o homem aos animais por agir segundo seus próprios instintos de sobrevivência. O homem está numa condição de hostilidade para com os demais, como também de igualdade, tendo título legal para subjugar ou matar, segundo a sua própria consciência e discricção, fazendo-o para assegurar segurança e benefício para si; [...] ou seja, ele busca salvar e preservar a si mesmo, de acordo com o seu critério, como é de natureza apto a obedecer, cômodo para o uso; para matar e destruir, com a guerra perpétua (HOBBS, 1928: 73, TL). A ausência de um governo que exerça autoridade sobre os Estados no sistema internacional condiciona o comportamento agressivo dos atores internacionais. Os Estados são ofensivos uns aos outros na busca pela sobrevivência, tal como os homens são uns aos outros no estado de natureza.

sentido, homens e Estados assemelham-se: ambos são insaciáveis por poder⁶. Logo, a mentira, ainda que não seja louvada, não será desprezada quando se demonstrar viável à obtenção de mais poder.

Outras perspectivas podem ser contrastadas à predisposição utilitarista da mentira, apresentando-a como reprovável, não apenas, no sentido moral, mas também acerca dos efeitos negativos que ela pode gerar. A exemplo disso, Caniato (2007) exalta o caráter depreciativo da mentira, considerando que a razão de sua poderosa difusão nas relações sociais se deve à banalização de seus malefícios na vida dos homens. Tais malefícios se refletem nas oportunidades conferidas pelo engano à atribuição e disseminação do perigo sobre determinados grupos ou nações, favorecendo, inclusive, a imputação do caráter terrorista, com o propósito de respaldar ataques bélicos contra civis, motivados essencialmente por objetivos de maximização do poder.

No entanto, seja a mentira vista como benéfica ou não, as razões que motivam o seu uso devem ser levadas em conta em qualquer julgamento. Tanto o pensamento puramente realista acerca do tema quanto a ideia de ser a mentira benéfica aos Estados são contraditórios no que tange às intenções. Segundo Mearsheimer (2012), o presidente Bush e os seus assessores não estavam à procura de interesses pessoais, ainda que alguns sustentem a ideia de que Bush vislumbrava a continuidade do mandato. Eles buscavam o que acreditavam ser de interesse nacional e o fato de que não fizeram a melhor escolha política não pode anular a existência de boas razões estratégicas para que tenham mentido à opinião pública nacional e internacional.

Partindo da premissa de que a mentira constitui-se como um instrumento político, levando em consideração os diversos interesses e particularidades de cada ator internacional, como também as inumeráveis articulações políticas estabelecidas entre eles, se considera que a mentira tem sido utilizada ao longo dos anos como instrumento sutil. Seu uso discreto na política internacional, contudo, não está desvinculado das formas de se pensar a política e o comportamento dos atores internacionais, ou seja, a instrumentalização da mentira é respaldada por uma teoria. Sendo assim, a percepção da utilização da mentira como medida válida na política internacional, atrelada as concepções de “ética da responsabilidade” e “busca contínua pelo poder”, encontra no realismo ofensivo a teoria que melhor explica sua participação nas ações empreendidas pelos atores do cenário internacional.

⁶ **O Leviatã** de Thomas Hobbes.

Como se pode perceber, há inúmeras especulações que se podem propor acerca da mentira política internacional. Este trabalho, no entanto, considera especificamente duas questões enquanto centrais ao tema: como a mentira é instrumentalizada na política internacional e por que ela é utilizada por atores internacionais enquanto instrumento político. Tais questões têm por finalidade principal proporcionar a análise do uso da mentira na política internacional a partir do realismo ofensivo. Para isso, se buscará atender a três objetivos específicos: fazer a descrição teórica da mentira como um instrumento de manipulação política; avaliar a relação existente entre a mentira política internacional e a teoria realista ofensiva das Relações Internacionais e, finalmente, desenvolver a ilustração de um caso específico, a guerra do Iraque em 2003, acerca do uso da mentira política internacional.

Nesse sentido, se seguirá o método de abordagem dedutivo, construindo a análise do aspecto mais geral para o mais específico do tema e destrinchando o conteúdo a partir das premissas. Os princípios teóricos do realismo ofensivo são os escolhidos para este estudo em vista de serem coincidentes com a lógica causal da mentira política internacional, apontada por Mearsheimer em seu livro “Porque os líderes mentem: toda a verdade sobre a mentira na política internacional”. Portanto, este estudo teórico se baseia em uma obra específica e dialoga com outras contribuições. O diálogo se propõe, então, entre a perspectiva realista ofensiva de Mearsheimer e outros autores realistas, observando suas contribuições à própria teoria do realismo ofensivo e, por conseguinte, à compreensão do uso da mentira política internacional, aplicado na ilustração de um caso específico.

Fundamentando as proposições acerca da mentira nas concepções da teoria do realismo ofensivo de Mearsheimer, serão estudadas as razões estratégicas da mentira no cenário internacional, mas também serão avaliados os argumentos controversos a respeito do tema, como o fato de que os diplomatas não mentem com tanta frequência entre si, embora evidentemente o façam em circunstâncias específicas. O próximo tópico fará a abordagem da mentira instrumentalizada na política internacional, oferecendo a definição básica que pautará a compreensão de mentira que é adotada por este trabalho, bem como suas classificações e qual seja a relação que estabelece com os aspectos morais e ofensivo-realistas. Em seguida, será desenvolvida uma exposição dos princípios realistas, com ênfase no realismo ofensivo, a fim de demonstrar como essa teoria explica o uso de mentiras entre Estados. Finalmente, um caso específico da instrumentalização da mentira na política internacional, a saber, a guerra do Iraque em 2003; será analisado com o propósito de demonstrar as formas e as causas pelas quais a mentira pode se exprimir no cenário político internacional.

1. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MENTIRA NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Falar sobre o uso da mentira não parece ser algo novo, nem mesmo nas relações internacionais. De fato, há uma extensiva carga literária acerca da mentira em muitos aspectos, mas a mentira na esfera política internacional, utilizada enquanto um instrumento de poder, é um tema relativamente recente. Embora existam inumeráveis estudos acerca da enganação entre os países, é em Mearsheimer que se pode perceber o estudo mais específico do tema, o qual faz distinção entre a mentira, a torção e a omissão. Estes são alguns argumentos levantados pelo próprio Mearsheimer ao escrever sobre o tema, com a pretensão de preencher o “vazio da teoria sobre a mentira internacional, não sobre o conceito mais amplo de enganação” (MEARSHEIMER, 2012: 28).

Segundo Guerreiro (2009) o pensamento ocidental em relação a mentira divide-se em dois grupos, aqueles que a reprovam por completo, os chamados “absolutistas”, e aqueles que entendem que em determinadas situações, ainda que a mentira não seja uma atitude honrosa, poderá ser eticamente justificável, os chamados “utilitaristas”. Ao tornar a mentira um objeto de estudo à luz do realismo ofensivo, este trabalho compreende que a mentira deve ser analisada por ser um fato nas relações de poder. Então, os padrões morais que estipulam “como deve ser” o procedimento político, proposto pelos absolutistas, não preenche a lacuna teórica explicativa da mentira como um instrumento político. Em outras palavras, seja uma atitude digna ou não, os governantes consideram a mentira um recurso útil ou, até mesmo, necessário em determinadas circunstâncias.

A perspectiva utilitarista é adotada por Mearsheimer (2012) em função do significativo número de registros históricos referentes ao uso da mentira na política internacional, no entanto, o pensamento realista também pode responder a escolha dessa perspectiva. Mesmo diante da importância de se levar em consideração as dimensões morais desse fenômeno, muitos líderes políticos parecem crer que há momentos em que realmente vale a pena mentir para defender os interesses essenciais de seus países. O uso da mentira na política internacional distancia-se da ideia de simplesmente servir a meros interesses egoístas dos governantes. Antes, é um recurso político que visa atender a interesses relativos a razão de Estado. Exige cuidados tão meticulosos que chegam a mitigar sobremaneira a frequência de seu uso, de forma que, embora existam, as mentiras não são corriqueiras na esfera internacional.

1.1. DEFINIÇÃO DA MENTIRA

A mentira⁷ é um tipo de enganação, a exposição positiva de fatos falsos, cujo propósito é fazer seu público alvo acreditar ser verdade aquilo que de fato não é. Segundo Mearsheimer (2012), uma pessoa mente quando faz uma afirmação, que ela mesma julga ser falsa, na intenção de enganar. Contudo, mentir vai além de fazer oposição direta à verdade⁸. Pode envolver também a invenção e a afirmação de fatos falsos, a negação de fatos verdadeiros, e, inclusive, o arranjo dissimulado de fatos verdadeiros para a formulação de uma história fictícia. Seu objetivo final sempre será conduzir o público alvo, por quaisquer que sejam os meios, a uma conclusão falsa. Tal definição é base para esta análise e norteará tudo mais quanto se propõe acerca da instrumentalização das mentiras entre os Estados. Mearsheimer define a mentira atribuindo-lhe o caráter de ação afirmativa efetuada, no intuito de enganar; é importante ter isso em conta ao analisar as multiformes variedades de seu uso no ambiente político.

Não obstante, existem, evidentemente, outras definições para a mentira, as quais podem ser consideradas e contrastadas à definição base deste trabalho, proposta por Mearsheimer (2012). Uma importante definição para a mentira é elaborada por Sissela Bok. Para ela, a mentira é a disposição de enganar a outros de modo intencional, formulando uma declaração enganosa que os faça crer naquilo que o mentiroso não acredita (BOK, 1999: 14, TL). Seu pensamento sobre a mentira é seguido por Barnes, o qual afirma que a mentira serve aos propósitos do mentiroso, se constituindo em uma declaração feita na intenção de enganar, um jogo sobre o estado do mundo, incluindo as intenções e atitudes do mentiroso (BARNES, 1994: 11, TL).

Tais definições são válidas, pois apontam para interessantes características sobre o uso da mentira, como o fato de que os mentirosos realmente não acreditam na história falsa que propuseram, além de que tendem a fazer com que o enganado seja iludido também sobre as ações e intenções do enganador. Contudo, essas definições ainda são genéricas se contrapostas à definição de Mearsheimer (2012), pois esta delimita de modo mais rigorosamente preciso aquilo que pode ser considerado como mentira. Outras definições sobre a mentira não fazem a imprescindível distinção entre as diferentes formas que o engano pode

⁷ Definição da mentira no dicionário de política de Bobbio surge a partir da contraposição estabelecida entre a manipulação e a persuasão, especialmente política. “Trata-se, no entanto, de uma persuasão ilusória ou, [...] de uma persuasão oculta, portanto, de uma forma de Manipulação” (BOBBIO, 1998: 727).

⁸ Eric Alterman cita Michel de Montaigne ao asseverar que “o oposto à verdade tem cem mil formas e um campo ilimitado” (MONTAIGNE apud ALTERMAN, 2004: 4, TL).

apresentar. Mearsheimer, no entanto, estipula limites para o seu conceito de mentira e aponta como esta pode ser distinguida das outras principais formas de engano.

Mais do que definir a mentira, Mearsheimer restringe o que se pode chamar de “mentira política internacional”, ou seja, a mentira que é utilizada por líderes políticos. O destaque na adoção desta definição se faz importante, pois a abrangência do significado poderia abarcar diversas manifestações de engano como sendo usos de mentira. Acerca disso, Mearsheimer (2012) alerta sobre o cuidado que se deve ter com a definição, pois a vaga concepção poderia incorrer no engano de se pensar que mentiras são ditas em todo o tempo no ambiente político internacional. Em vista da relevância da definição, Blans (2012) afirma,

O discurso científico difere da linguagem cotidiana na medida em que procura restringir a vagueza e a ambiguidade, e para isso, entre outros expedientes, recorre a definições mais precisas na medida do possível, o discurso filosófico deveria seguir o modelo de discurso científico, a bem da clareza. Definir é antes de tudo, delimitar o significado de um termo (BLANS, 2012: 25).

Assim, a mentira também recebe definição delimitada e limites de análise. Embora existam várias definições, formas e expressões da mentira, importa à esta análise aquela que se pode classificar como sendo estratégica nas relações de poder. E diante da indagação acerca de como a mentira pode se definir, é válido considerar também o significado da verdade, bem como as formas pelas quais a mentira e a verdade podem se contrastar no pensamento político. Para Foucault, citado em Candiotta (2007), não há como dissociar a verdade da singularidade do acontecimento. No entanto, a verdade vai além disso, o que é considerado como verdadeiro acontece em tempos e espaços específicos, haja vista que uma verdade não pode ser válida em todos lugares e o que é considerado verdadeiro não necessariamente o será em um outro momento.

Sendo assim, a verdade é algo relativo no meio político, e uma verdade é diferente da outra, assim como a mentira. Sendo percebidas através de perspectivas distintas, verdade e mentira apresentam características específicas que merecem ser analisadas. O que se pretende ao estudar o papel da mentira no sistema internacional – presente no ambiente diplomático, nos gabinetes dos governos, nos pronunciamentos nacionais e nas demais variadas formas de persuasão política – é desvendar as verdades e as razões políticas que se escondem na mentira internacional. E tendo em vista que a mentira apresenta-se não apenas no ambiente político, mas também nas relações sociais de um modo geral, é válida a contraposição ao pensamento utilitarista presente na seguinte consideração:

Na contemporaneidade, a mentira constitui um dos principais atributos das relações sociais, instituindo-se como valor eticamente perverso; manifesta-se como ideologia ou é expressa clinicamente como “mentira manifesta”; a lei é a da hipocrisia normatizada entre os sujeitos; revela-se sob as sutilezas enganosas e opressivas da burocracia, em certas justificativas cínicas de segredo ou de sigilo; destrói as manifestações do desejar, sentir, pensar e agir e esvazia o respeito à alteridade dos indivíduos; apresenta-se potencializada pela cumplicidade, mesmo que inconsciente, dos indivíduos, que a reproduzem em vínculos de farsa (CANIATO, 2007: 96).

Sem negar que a mentira pode ser utilizada para além da utilidade, motivada pela ganância ou por interesses sórdidos dos homens, Mearsheimer (2012) rebate e refuta o pensamento meramente depreciativo da mentira. Apresenta uma lógica causal, um sentido que ultrapassa a caracterização “egoísta”, apontando para a existência de uma razão 'nobre' na busca dos efeitos úteis que a mentira pode prover para o benefício da nação. É importante destacar que ao refutar a impressão completamente negativa acerca da mentira, nem Mearsheimer, nem este trabalho, pretendem fazer apologia ao uso desse instrumento nas relações estabelecidas entre os homens ou entre os Estados. Em outras palavras, não se pensa que a mentira é uma virtude, mas sim uma arma de poder. Se o Estado se encontra ameaçado pela anarquia internacional e vislumbra a possibilidade de garantir sua própria segurança através da mentira, fazer uso dessa arma não necessariamente o qualifica como um “Estado mau” ou “injusto”. Logo, sua utilidade não implica na valorização moral da mentira, mas na existência de alternativas às dificuldades que possam surgir na política externa dos Estados.

Para fazer a correta distinção das formas de engano que podem estar presentes nas manipulações políticas, Mearsheimer (2012) fornece a definição de enganação como sendo a categoria geral daquilo que se contrasta à verdade. A enganação consiste nas medidas planejadas para impedir o indivíduo de conhecer a verdade de modo direto e completo, acerca de determinado assunto. Nesse sentido, segundo o autor, ela se desmembra em três comportamentos distintos que, por vezes, podem ser difíceis de dissociar, a saber: a torção, a omissão e a mentira.

A torção consiste na interpretação tendenciosa de fatos que são conhecidos, maximizando alguns deles, minimizando e ignorando outros, dando ou retirando ênfases ao contar determinada situação, com o propósito de favorecer a algo ou a alguém. Segundo Mearsheimer (2012), não há na torção qualquer propósito de fazer uma descrição exata dos acontecimentos, pelo contrário, a história básica é contada de modo distorcido. Se difere da mentira, porém, por não ser uma história inteiramente falsa, mas exageradamente distorcida.

Já a omissão, por outro lado, se refere à retenção de informações que possam causar prejuízo a condição de alguém. Na omissão, o indivíduo visa esconder evidências, simplesmente, deixando de mencioná-las. Se, ao ser confrontado por muitas questões, ele dá algum passo à falsidade, no intuito de esconder a informação, sua condição passa de omissão para mentira. Na definição de Mearsheimer (2012), para ser mentira é necessário que o indivíduo dê um passo positivo para enganar alguém.

Os diferentes tipos de engano apresentam diferentes características e especificidades. A torção e a omissão, por exemplo, são mais fáceis de se detectar do que a mentira em si. Por esse motivo, são mais fáceis de serem aceitos na política, seja interna ou externa, como também são menos passíveis à reprovação das pessoas. Mearsheimer (2012) explica que é mais fácil para os ouvintes perceberem que estão sendo enganados nos casos de torção e omissão, em vista da ausência de partes da história ou da precisão no desenrolar dos fatos. O espaço para a suspeita é o que torna esses tipos de enganação mais facilmente discerníveis, e as maiores chances de descobrir a verdade diminuem a condenação do engano por parte dos ouvintes. Contudo, é válido ressaltar, a mentira é o objeto desta análise e, segundo Mearshseimer (2012), as chances de a verdade vir à tona não deixam de ser pensadas e pesadas pelos Estados no uso de mentiras construídas com finalidades políticas. A despeito da avaliação dos fatos verídicos que se objetiva encobrir com o engano, o enfoque da lógica causal ainda recai sobre a construção da mentira, e não da verdade.

A mentira, por outro lado, é de mais difícil detecção. Tal característica a qualifica ainda mais como um comportamento que “deva ser” considerado reprovável diante das pessoas, tolerável apenas na política externa e, ainda assim, sob determinadas circunstâncias. Segundo Mearsheimer (2012), mentirosos habilidosos são capazes de mentir de tal forma, que não deixam lacunas para o questionamento, embora perguntas possam ser feitas acerca dos aspectos mais específicos do assunto. Por isso, é preferível aos governos a utilização de outros recursos de engano antes da mentira, em razão do opróbrio que esta confere. Em meio a determinadas circunstâncias, nas quais líderes tenderiam à enganação, a mentira é o último dos recursos a ser utilizado.

Logo, Mearsheimer rejeita a lógica de que a mentira deixa de ser um tipo de engano quando o consenso geral já não espera que seja dita a verdade sobre determinados assuntos. Os falseamentos apresentados no intuito de enganar os ouvintes, acerca de qualquer que seja o assunto, são o que constitui a essência da mentira.

1.2. CLASSIFICAÇÕES DA MENTIRA

Para além da definição básica, a mentira compreendida nos trâmites do poder político apresenta certas especificidades em sua utilização. Qualificada enquanto um instrumento, entende-se que a mentira é caminho para a obtenção de algo, desempenhando um papel-chave dentro de um processo. O processo, no caso, é a busca contínua e incessante dos atores por assegurar sua própria segurança, maximizando seu poder em detrimento de outros. A partir disso, pode-se entender também que a importância do uso da mentira é estimada por quem a constrói, os Estados têm suas próprias urgências. Então, a mentira possui “causas” que a direciona à busca dos “resultados” que se esperam de seus efeitos. Mas não apenas isso, a mentira dispõe de várias facetas, ou seja, ela pode ser qualificada de diversas formas, em diversas situações políticas e para diversos fins.

Para Mearsheimer (2012), uma das principais classificações da mentira é a “mentira estratégica”. Mentiras estratégicas são aquelas utilizadas na política internacional e que possuem um mínimo de legitimidade, em vista de servirem para o bem da pátria. Em contrapartida, existem as “mentiras egoístas”, estas pouco têm a ver com a razão de Estado, mas visam atender a interesses pessoais. Não há, portanto, legitimidade alguma para o uso deste tipo de mentira, articulada por razões menores ao benefício estatal.

Acerca das mentiras estratégicas, Alterman, ao escrever sobre as mentiras presidenciais, afirma ter escolhido estudar as mentiras relativas às questões de guerra e paz, porque são estas as que podem ser consideradas como “a arena para a mais sagrada e exigente das funções presidenciais” (ALTERMAN, 2004: 5, TL). Logo, para os aspectos de segurança nacional, a mentira pode ser uma ferramenta válida a se considerar. O pensamento de Alterman se assemelha a ideia de mentira estratégica de Mearsheimer (2012), pois contempla o uso do engano a partir do ponto de vista utilitarista, como uma alternativa para a resolução estratégica de interesses fundamentais, relativos ao Estado. Já as mentiras ditas por estadistas, com vistas no seu próprio benefício, são desvencilhadas das razões de Estado e não proporcionam qualquer benefício social, sobre o qual obtenha legitimidade.

Existem também as mentiras brancas ou altruístas, aquelas que são ditas quando há pouco a se perder ou pelo bem de alguém. Acerca disso, Platão sugere que a mentira nobre é prerrogativa apenas dos líderes, pois, a estes, a mentira é algo de direito, em vista da posição de autoridade que ocupam e da importância das situações que administram. “Se compete a alguém mentir, é aos líderes da cidade, no interesse da própria cidade, em virtude dos inimigos ou dos cidadãos” (PLATÃO apud MEARSHEIMER, 2012: 10).

Há também como se classificar as mentiras como domésticas ou internacionais, apesar de que o engano pode ultrapassar os limites desses espaços. Mearsheimer (2012) afirma que a mentira doméstica é a mais usual aos líderes, porém é menos aceitável pela sociedade. No espaço doméstico, não existe o pressuposto da sobrevivência para legitimar o uso da mentira, pois a estrutura interna do Estado é hierárquica, ou seja, existe autoridade para resguardar a segurança dos civis (MEARSHEIMER, 2012: 25). Em vista da falta de motivos convincentes para a atuação da mentira dentro do próprio Estado, usá-la seria mais considerado pela população como um ato de corrupção e trapaça de seus próprios líderes políticos. A frequência desse ato pode deteriorar a unidade interna estatal.

Já a mentira internacional é pouco utilizada entre os líderes e mais aceitável a sociedade, conquanto que os resultados de seu uso sejam positivos e proporcionem o benefício da população. Tal constatação ocorre especialmente em democracias, porque estas em geral, assevera Mearsheimer (2012), são levadas pela ambição a provocar guerras de escolha⁹. Contudo, o realismo ofensivo não faz distinção acerca do caráter da forma de governo, seja ele democrático ou autocrático, o Estado fará tudo quanto puder para garantir seu próprio favorecimento no sistema internacional. O fato é que os Estados, mesmo que não sejam impedidos por fatores meramente morais em suas empreitadas ofensivas da busca pelo poder, costumam legitimar suas ações em princípios liberais. Mearsheimer (2012) afirma que eles realizam propósitos realistas utilizando discursos liberais, porque as pessoas gostam de considerar seus Estados como cumpridores da justiça e do direito internacional, enquanto outros Estados rivais, como vilões do cenário internacional.

Um dos argumentos mais controversos apresentados por Mearsheimer (2012) é justamente a afirmação de que governantes e diplomatas não mentem com muita frequência entre si. Não há tantas mentiras entre Estados como se especula ao se deparar com um tema tão propenso à polêmica. À primeira vista, o estudo da mentira parece sugerir que sua instrumentalização política entre Estados é algo corriqueiro ou naturalizado nas relações de poder. Mas Mearsheimer assegura que os exemplos de mentiras utilizadas na política internacional, que se tem conhecimento até então, são finitos e difíceis de elencar.

O argumento de Mearsheimer, de que os líderes não mentem com muita frequência entre si, se sustenta na dificuldade de obtenção de registros históricos comprovados, como também na restrição do que ele conceitua como mentira. Porém, não existem garantias reais e

⁹ “Guerras de escolha” são iniciadas pela disposição ambiciosa do Estado por mais poder, “quando não há um perigo claro e iminente aos interesses do país que só possa ser enfrentado pela força” (MEARSHEIMER, 2012: 23).

concretas de que a mentira não é instrumento corriqueiro entre os Estados. Por mais sofisticação tecnológica que os meios de comunicação disponham atualmente, existem áreas de negociação política de acesso apenas aos governantes dos países.

O próprio Mearsheimer (2012) admite que ele pode ter falhado na busca pela comprovação desse argumento nos registros históricos, o que significa dizer que pode existir um exorbitante número de mentiras que não foram desvendadas ao longo dos anos e, talvez, sequer haja qualquer registro que permita sua exposição ao público mais abrangente. Obviamente esta é uma especulação que Mearsheimer refuta, pois confia nos meios tecnológicos disponíveis à contemporaneidade e exemplifica mentiras históricas relevantes ao curso dos interesses nacionais, que têm sido reveladas, inclusive, de forma detalhada. De qualquer maneira, ainda há espaço para o questionamento do argumento da pouca frequência da mentira internacional.

Mearsheimer (2012), por outro lado, faz uma última defesa ao seu ponto de vista colocando que se a mentira fosse algo tão frequente e de praxe entre os líderes políticos, a falta de confiança nos acordos estabelecidos externamente prejudicaria os interesses próprios de cada Estado. A anarquia internacional já traz consigo a falta de confiança entre os Estados e, até mesmo, pode motivar as mentiras internacionais. Mas a mentira tida como praxe, entre os líderes e diplomatas dos Estados, não permitiria qualquer vantagem estratégica de uns sobre os outros.

Portanto, para Mearsheimer, embora existam, as mentiras ditas entre Estados são meticulosas, muito bem planejadas e visam sempre obter resultados que sejam maiores em benefícios do que em danos que possam causar. Já as mentiras internacionais que os líderes transmitem, inclusive, à sua própria população são os tipos mais perigosos de mentira, em função das possíveis reações negativas da população, as quais podem gerar implicações que afetem a posição estratégica do Estado.

1.2.1 A MENTIRA COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA

As mentiras ditas no campo da política externa são estratégicas, têm um fundo de legitimidade porque estão a serviço dos interesses do Estado. Apresentam variações e lógicas distintas, mas também abrangência de funções, à medida que uma única mentira estratégica alcança muitos objetivos ao mesmo tempo. Mearsheimer (2012) elenca sete tipos de mentiras utilizadas na política externa, são elas: as mentiras inter-Estados; a difusão do medo; os

acobertamentos estratégicos; a mitificação nacionalista; as mentiras liberais; o imperialismo social e os acobertamentos deploráveis.

No entanto, apenas os cinco primeiros tipos de mentiras supracitadas é que podem ser consideradas como estratégicas e legítimas, pois têm um real propósito de alcançar benefícios sociais. A exceção paira sobre o imperialismo social e os acobertamentos deploráveis, tais tipos de mentira não apresentam qualquer justificativa de legitimidade, pois não visam valores sociais aproveitáveis a toda população, e sim a um grupo seletivo. O problema central destas vai além da motivação egoísta que as impulsionam, segundo Mearsheimer (2012), mentiras desse tipo podem pôr em risco o interesse mais amplo do Estado. Doutra sorte, as mentiras estratégicas objetivam o bem-estar geral da nação, ainda que sejam passíveis de também causar mais mal do que bem.

Não há dúvidas de que a mentira se expressa através da arte da manipulação política, percebida no desenvolvimento da ação positiva com o intuito de enganar. A manipulação da mentira consiste em persuadir e moldar as escolhas do destinatário do engano para o benefício do emissor. Dessa forma, se pode perceber que a mentira utilizada no cenário internacional faz com que Estados e povos sejam manipulados e conduzidos às tomadas de decisões de acordo com as intenções do formulador do engano. Acerca da manipulação, Bobbio fornece uma importante definição em seu dicionário de política:

Na esfera social e política, a Manipulação pode ser definida, em geral [...] como uma das espécies do PODER (V.), definido, por sua vez, como determinação intencional ou interessada do comportamento alheio. A Manipulação é uma relação em que A determina um certo comportamento de B, sem que, ao mesmo tempo, A solicite abertamente esse comportamento a B, mas antes esconda sua intenção de obtê-lo (ou então a natureza da sua ação para o conseguir), e sem que, por outro lado, B note que o seu comportamento é querido por A (ou então que é provocado pela intervenção de A), mas antes acredite que é ele que o escolhe livremente (ou mediante uma decisão consciente)' (BOBBIO, 1998: 727).

Bobbio considera a manipulação como uma espécie de poder, seu conceito referente ao condicionamento intencional do comportamento alheio dá margem para crer que a mentira desempenha o mesmo papel que a manipulação. Mais adiante, Bobbio acrescenta que a mentira é uma forma de manipulação da informação, utilizada especialmente no meio político, com o objetivo persuadir os homens, sem que estes o saibam, bem como moldar suas escolhas:

É frequente, especialmente em política, mas não apenas nela, as mensagens persuasivas dos homens recorrerem, para captar a desejada adesão dos destinatários, a meios que são inadmissíveis dentro do

modelo da persuasão racional e que se destinam a enganá-los, a moldar suas escolhas sem que eles o saibam... (BOBBIO, 1998: 727).

Diferentemente do que Bobbio propõe, esta análise não entende a mentira como, simplesmente, parte da manipulação. Pelo contrário, a ênfase recai justamente sobre como a mentira se expressa para manipular. Novamente, a restrição colocada pelo que se entende por mentira política internacional se faz essencial. Como já se sabe, Mearsheimer ao definir e restringir o significado da mentira, concebe-a como um comportamento que não é frequente entre os Estados, enquanto Bobbio vislumbra várias oportunidades para enganar a partir da manipulação. Compreender a mentira como, apenas, “uma forma de manipulação” abrirá o leque para inumeráveis casos de usos de enganação no cenário político internacional, sobre os quais não haverá clara distinção entre os tipos de engano, definidos e distinguidos por Mearsheimer (2012).

A mentira está presente na política entre países porque se acredita que ela “serve ao interesse nacional” (MEARSHEIMER, 2012: 45). No entanto, o fato é que os diplomatas e governantes não mentem tão frequentemente entre si, eles optam mais pela verdade. Se percebem alguma situação na qual se faz necessário o uso do engano, eles preferem enganar calando, através da omissão, do que dando propriamente um passo positivo à mentira. O sigilo é como “uma ferramenta consagrada para o desenvolvimento de armas e estratégias que podem oferecer a um país vantagem sobre seus rivais” (MEARSHEIMER 2012: 45). Desse modo, menos culpabilidade é atribuída a calar-se para enganar do que enganar mentindo, quando ocorre a formulação de falsos argumentos e fatos.

De acordo com Mearsheimer (2012), as mentiras que são ditas entre Estados objetivam a obtenção de vantagem estratégica sobre outros países ou impedi-los de obter vantagem sobre os demais. Os rivais são os alvos principais, mas, às vezes, até mesmo países aliados tornam-se alvos das mentiras estratégicas. Para problematizar ainda mais esse tipo de comportamento é válido acrescentar que os líderes envolvidos nas mentiras inter-Estados acabam por mentir também para sua própria população, ainda que ela não seja o público-alvo principal.

Acerca desses argumentos, Mearsheimer (2012) afirma que não é possível verificar a quantidade de mentiras existentes em relação a quantidade de verdades que são ditas pelos líderes dos países. Não há como testar esses argumentos segundo os registros históricos, em virtude do imenso número de interações que ocorreram entre as diferentes unidades políticas nos últimos séculos e da dificuldade de encontrar uma amostra fidedignamente representativa

entre os casos. Mesmo no passado recente, os registros históricos da maioria dos casos são incompletos, não havendo como comparar também as quantidades de mentira em relação ao uso de torção e omissão.

Para Alterman, em contrapartida, as mentiras são frequentes e tão naturalizadas em governos, como o dos Estados Unidos, que podem até mesmo serem concebidas como “uma qualificação [...] para a realização de um alto cargo” (ALTERMAN, 2004: 1, TL). Portanto, ele se preocupa, não em avaliar qual a quantidade de mentiras existentes, mas qual quantidade pode ser suportada, aceita, ou ainda, louvada pela população. Esta concepção da quantidade do uso de mentiras políticas difere do pensamento de Mearsheimer, pois, como já fora dito, não há mecanismos seguros capazes de fornecer dados verídicos para esta avaliação. Além disso, Mearsheimer estabelece critérios de legitimidade para a classificação de uma mentira como aceitável ou não.

Os argumentos de Mearsheimer são defendidos a partir de duas considerações: a dificuldade de encontrar casos de líderes mentindo entre si e a dificuldade de um líder conseguir enganar a outro. Para explicar o porquê de não ser a mentira um comportamento rotineiro, Mearsheimer (2012) afirma que a definição da mentira é o fator determinante. Não são todos os comportamentos enganosos tidos como mentiras, a restrição da definição é o que permite teorizar acerca do uso desse tipo de engano. No que tange a dificuldade de um líder enganar a outro, a falta de confiança promovida pela anarquia do sistema internacional se caracteriza como a principal razão.

De acordo com Mearsheimer (2012), o medo dos líderes de serem enganados uns pelos outros é minimizado quando o assunto é de *low politics* e maximizado quando se trata de *high politics*¹⁰. As mentiras interestatais são utilizadas porque os Estados buscam maximizar suas chances de sobrevivência, adquirindo vantagem à custa dos demais. Podem ser categorizadas, assumindo as seguintes formas:

- 1- Estados exageram o seu poderio para deter ou forçar outro acerca de determinado assunto;
- 2- Estados minimizam seu poderio militar para inibir ataques;
- 3- Estados minimizam suas intenções hostis sobre outro para despreveni-lo;
- 4- Estados minimizam suas intenções hostis simplesmente para não instigar provocações desnecessárias;
- 5- Estados mentem ao ameaçar a outro para conseguir coagi-lo a algo;
- 6- Estados mentem para incitar o ataque de outro a um terceiro;
- 7- Estados mentem sobre a ameaça do seu rival para obter o favor de seus aliados;

¹⁰ *Low politics* se refere às questões que não ameaçam os interesses essenciais dos Estados e *high politics*, faz referência aos interesses vitais da unidade política.

- 8- Estados mentem para propiciar a espionagem e a sabotagem em tempos de paz, além de minimizar os danos de serem pegos em flagrante;
- 9- Estados mentem objetivando possíveis vantagens em tempos de guerra;
- 10- Estados mentem para receber maiores vantagens em acordos formais.

As circunstâncias descritas por Mearsheimer (2012), nas quais as mentiras inter-Estados são mais suscetíveis podem ser de quatro tipos. Primeiro, em países encerrados em áreas geográficas de risco, onde há grande concorrência pela segurança, geralmente há maior ocorrência da mentira interestatal. Segundo, Estados estão mais suscetíveis à mentira durante períodos de crise, recorrendo ao engano, se querem evitar uma guerra que certamente lhes trará desvantagem. Embora a crise em si acentue a desconfiança já existente entre os Estados, dificultando o uso da mentira, ainda haverá a possibilidade de utilizá-la estrategicamente. Terceiro, períodos de guerras são mais propícios ao uso da mentira entre os países. Finalmente, os Estados estão mais predispostos a mentir para seus rivais do que para os seus aliados.

A difusão do medo é outra forma de mentira utilizada na política externa, consiste na mentira acerca de uma ameaça nacional, seja ela existente ou não. Caso a ameaça realmente exista, os líderes políticos de determinado Estado potencializam sua urgência. Para Mearsheimer (2012), a difusão do medo ocorre quando os líderes percebem uma ameaça real aos interesses do Estado, mas acreditam não deter, através da veracidade, suficiente poder de persuasão para fazer sua população perceber a seriedade da ameaça da mesma forma que eles. O objetivo é convencer da ameaça, não apenas, a população incauta, mas também a elite intelectual e, se possível, inclusive, os especialistas em política externa que estejam decididos a correr o risco de não tratar a questão com a devida relevância. Com a finalidade de obter a disposição necessária da população, para o investimento dos devidos recursos em defesa, através de uma política de contenção.

Mearsheimer reconhece que este é um comportamento que furta da população a possibilidade de decidir democraticamente, pois acontece de “cima para baixo”. Mas, apesar de implicar em sacrifícios, esta não é uma mentira motivada pela maldade dos governantes, antes, visa o aproveitamento estratégico para o bem da nação. Os líderes mentem sobre a ameaça, porque entendem que esta é “a única forma de mobilizar os cidadãos a fazer o que é certo é enganá-los para o seu próprio bem” (MEARSHEIMER, 2012: 82). Tal comportamento expressa uma lógica que se preocupa apenas com o bom êxito. Em outras palavras, “nas atitudes de todos os homens, sobretudo dos príncipes, onde não existe tribunal a que recorrer,

importa apenas o êxito bom ou mau. Trate, portanto um príncipe de vencer e conservar o Estado” (MAQUIAVEL, 2008: 26).

O acobertamento estratégico, definido por Mearsheimer (2012), como outra forma de mentira política internacional, é o tipo de mentira estratégica utilizada pelos governantes dos Estados para ocultar políticas falhas ou políticas estratégicas controversas. Tal mentira pode ser endereçada tanto à população quanto a outros Estados e serve ao interesse nacional, pois existem muitas desvantagens em expor fragilidades políticas. É buscando manter a coesão interna e a precaução externa que o acobertamento estratégico é utilizado, e não para eximir políticos incompetentes ou sustentar políticas fracas.

Acerca do ato de acobertar determinadas políticas falhas ou estratégicas, é válido considerar a observação de Sissela Bok, citada por Alterman, acerca do termo “ocultação”, em paralelo significado com o termo “acobertamento”: ocultação isola burocracias de crítica e interferência; permitem-lhes corrigir erros para reverter a direção sem custos, muitas vezes sem explicação embaraçosa, e lhes permite cortar os custos, sem questionamentos (BOK apud ALTERMAN, 2004: 15, TL). A mentira desenvolvida através do acobertamento oferece benefícios que estão além do livramento da culpa referente a políticas mal sucedidas dos governantes, facilita a resolução de questões importantes e de interesse do Estado. Para Alterman (2004), difícil é um líder político deixar de defender a necessidade do sigilo de suas negociações delicadas, tanto de amigos quanto de inimigos.

A mitificação nacionalista é mais uma classificação da mentira elencada por Mearsheimer, ocorre quando os governantes mentem para o seu próprio povo acerca do passado nacional, utilizando uma história de vencedores. A finalidade é mover a população à concordância com os interesses do Estado, conferindo unidade interna e legitimidade externa.

As mentiras nacionalistas são intrinsecamente relacionadas a um elemento central: identidade. Fortalecendo a identidade nacional, interesses externos podem ser mais facilmente alcançados. Isso ocorre porque as pessoas, de fato, se permitem identificar com suas nações, e, particularmente, apreciam acreditar que seus países são gloriosos e os que lhes são hostis, culpáveis. É inquestionável a força que o sentimento nacionalista é capaz de prover à revoluções e interesses políticos. Isso é perceptível na formação do Estado-nação, movimento que repercutiu em todo mundo. Contudo, Mearsheimer (2012) esclarece que os mitos contados por autoridades políticas não acompanham as guerras em termos de responsabilidade na ocorrência do conflito, porque a lógica causal é exatamente oposta: o comportamento do Estado gera os mitos e não os mitos o comportamento.

O passado “é uma fonte fértil, seja ele devidamente documentado ou não, para a construção de afirmações simbólicas e reivindicações pragmáticas” (BARNES, 1994: 51, TL). Os Estados contemplan as oportunidades decorrentes da formulação de afirmações referentes à identidade nacional. Assim, a mitificação nacionalista incorre como uma extensão do pragmatismo político, a fim de forjar as condições necessárias para o emprego de alguma medida que, invariavelmente, demandaria o apoio populacional no direcionamento coeso das decisões. Para Barnes (1994), algumas das reivindicações sustentadas por líderes políticos apresentam boa fé, mesmo que os registros históricos não sejam autênticos. Contudo, a engenhosa trama de engano, para possibilitar a crença em determinados fatos, pode fazer com que seus próprios autores se tornem sinceros defensores de suas próprias mentiras, porque eles mesmos atingirão o fenômeno do autoengano.

Na mitificação nacionalista, realmente, as pessoas são facilmente ludibriadas. Isso ocorre porque elas desejam acreditar nas histórias honrosas e gloriosas, embora fictícias, que seus líderes lhes contam. A livre aceitação da mentira diminui a possibilidade de questionamento, fortalecendo os interesses nacionais propulsores do engano. O próprio governante pode assimilar a ideia da mentira tão piamente a ponto de tratá-la como verdade dentro de si. Mearsheimer (2012), assim como Barnes, afirma que os mitos nacionalistas são construídos tanto de cima para baixo quanto de baixo para cima. No entanto, os mitos são um instrumento de poder, sendo assim, os líderes fazem uso deliberado e intencional dessa arma. Diferentemente do que poderia sugerir a ideia de autoengano, como também o seguinte pensamento:

O principal é não mentir para si mesmo. Quem mente para si mesmo e dá ouvidos à própria mentira chega a um ponto em que não distingue nenhuma verdade nem em si, nem nos outros e, portanto, passa a desrespeitar a si mesmo e aos demais (DOSTOIÉVSKI apud BLANS, 2012: 9).

As mentiras estratégicas são armas de poder, não estão desvinculadas da razão ou desperdiçadas em vícios e paixões de autoridades políticas. Pelo contrário, o sentimento de pertencimento nacional é bem aproveitado pelo mito nacionalista, para atender a razão de Estado. Em face disso, se pode perceber que o patriotismo presente nas camadas médias da sociedade “foi muito mais que bem-vindo aos governos envolvidos na expansão imperial e rivalidade nacional contra outros Estados” (HOBSBAWM, 1990: 115-116, TL).

Mearsheimer sugere um quinto tipo de mentira internacional estratégica: as mentiras liberais. Estas servem como forma de preservar a imagem dos Estados, os quais, segundo Mearsheimer (2012), embora ajam como realistas, discursam como liberais. Ao descumprir o

conjunto de normas liberais, aceito no mundo em geral, os Estados preocupam-se em esconder a brutalidade de suas ações. Os Estados preocupam-se em legitimar seus atos, e nisto também se assemelham às ações humanas, quando ocupam-se egoisticamente das vantagens que a mentira poderá lhes conferir em prejuízo de outros. Para Caniato (2007), a mentira se relaciona com certo tipo de violência que é gerada dentro da sociedade, tal violência consiste em tornar a trapaça do engano em algo trivial, no meio social, a fim de dar lugar a ações impunes que maximizam as vantagens de quem engana.

Mentiras liberais são utilizadas pelos líderes políticos como uma espécie de fuga da repreensão dos padrões liberais. Estes, embora não impeçam que os Estados sigam em sua busca por mais poder à custa de outros, seja mentindo ou usando quaisquer que sejam os meios, atribuem legitimidade ou caráter de injustiça a determinados comportamentos estatais. E a verdade é que “a maioria das pessoas prefere – sempre que possível – pensar que seu país está agindo com justiça, enquanto os adversários não estão” (MEARSHEIMER, 2012: 113). A teoria da guerra justa permite ampliar a construção desse argumento, ao propor que “a agressão é considerada como a política criminal de um governo, e não como a política de um governo criminoso” (WALZER, 2000: X, TL). Nenhuma nação quer ser tachada como criminosa em um mundo onde o liberalismo político e o direito internacional são os baluartes da legitimidade política. Por isso, ainda que atuem como realistas, buscando seus próprios interesses, camuflarão suas ações na retórica liberal.

O imperialismo social e os acobertamentos estratégicos são os dois últimos tipos de mentiras internacionais apontadas por Mearsheimer. São duas formas distintas de mentiras sórdidas, meramente voltadas a interesses de uma parcela muito restrita da sociedade. Mearsheimer (2012) dispensa fazer muitas indagações acerca destas, pois elas não se configuram como mentiras estratégicas, voltadas ao benefício nacional de um modo geral.

Resta dizer que o imperialismo social ocorre quando os governantes mentem sobre outro país, a fim de promover interesses econômicos ou políticos pessoais e de determinado grupo de interesse. E isso, com o objetivo de desviar a atenção populacional dos problemas ou das controvérsias reais da frente doméstica, para favorecer seus próprios interesses. Já os acobertamentos deploráveis, embora se assemelhem aos acobertamentos estratégicos, possuem uma característica que faz distinção crucial entre ambas mentiras: as intenções motivadoras. Os acobertamentos deploráveis não são usados para proteger a nação de alguma retaliação externa ou por qualquer outro motivo que se considere nobre, são apenas uma tentativa dos líderes de livrar a réprobos políticos do castigo devido.

Como se pode perceber, a mentira, de fato, é uma arma política para a obtenção do poder. No entanto, ela não é utilizada de modo desmedido ou imprudente, pelo contrário, sua utilização requer rigoroso cuidado e discernimento político das oportunidades. A fim de esquematizar e fornecer informações mais detalhadas sobre as mentiras utilizadas na política internacional, bem como suas causas e efeitos, a seguinte tabela se apresenta.

QUADRO 1 AS CARACTERIZAÇÕES DA MENTIRA NA POLÍTICA INTERNACIONAL¹¹

MENTIRAS	PÚBLICO ALVO	FORMA	RAZÃO	FREQUÊNCIA	DESVANTAGEM
Inter-Estados	- Outros Estados	- Exagero do poderio - Mitigação do poderio - Mitigação da hostilidade para ataque/defesa - Mentir sobre ameaçar/ser ameaçado - Mentir para provocar o ataque alheio - Mentir para a espionagem/sabotagem	- Interesses estratégicos	Não frequente em geral (+) Situações de risco (+) Tempos de crise (+) Tempos de guerra	- Mínima em termos domésticos - Pouco risco de ricochete - Risco de sair pela culatra (A mentira é imediatamente descoberta ou muito bem contada acarretando prejuízo ao emissor)
Difusão do Medo	-População Doméstica - Outros Estados	- Potencialização da ameaça	- Urgência da ameaça	(+) Democracias (-) Autocracias (-) Países fronteiriços de rivais (+) Países geograficamente distantes de rivais (+) <i>Offshore Balancers</i> (+) Países que fazem guerras de escolha	- Transbordamento para a esfera doméstica - Propícia a ricochete - Sair pela culatra
Acobertamentos Estratégicos	-População Doméstica - Outros Estados	- Ocultação de política falha - Ocultação de política estratégica controversa	- Esconder a fraqueza do adversário - Não danificar relações	(+) Localização de risco (+) Tempos de crise (+) Tempos de	- Propícia a ricochete - Grande risco de sair pela culatra

¹¹ Caracterizações apontadas por MEARSHEIMER (2012).

			externas - Não minar a unidade nacional - Esconder política controversa estratégica para obter vantagem	guerra (+) Países rivais (+) Democracias (-) Autocracias	
Mitificação Nacionalista	- População Doméstica - Outros Estados	- Mito que engrandece o próprio Estado e deprecia os rivais (- Autoglorificação - Autociação - Difamação do outro) ¹²	- Estimular a solidariedade em grupo - Fortalecer a identidade nacional - Conquistar legitimidade internacional	Ocorre o tempo todo (e são atualizados) (+) Em tempos de guerra (+) Em disputas sobre a fundação de um país (especialmente se ocorreu recentemente e de modo cruel)	- Pouco risco de prejuízos nacionais ou internacionais - Pouco risco de ricochete - Os mistos não acompanham o nacionalismo em si, na motivação das guerras (ou seja, mitos não provocam as guerras)
Mentiras Liberais	- População Doméstica - Outros países	- Mentir ao utilizar o discurso liberal para justificar ações motivadas por interesses realistas.	- Acobertar o comportamento cruel do próprio país - Evitar o julgamento adjacente do descumprimento das leis liberais - Conquistar legitimidade internacional	Ocorre o tempo todo (+) Quando os países agem contrariamente às normas liberais	- Pouco risco de prejuízos nacionais ou internacionais - Pouco risco de ricochete
Imperialismo Social	- População doméstica	- Mentir ao povo sobre a ameaça externa para a permanência dos mesmos líderes no governo.	- Desviar a tensão da frente doméstica para beneficiar apenas a uma parte da população - Unir a população em torno do regime	-	- Não é uma mentira estratégica - Tem influência corruptora na sociedade - Põe em risco o interesse nacional mais amplo - Não tem legitimidade

¹² Tais caracterizações da mitificação nacionalista são observações de Van Evera, citado por Mearsheimer (2012).

Acobertamentos Deploráveis	- População doméstica	- Ocultação de política falha - Ocultação de política estratégica	- Evitar que um líder e seus amigos recebam a devida punição pelos erros que cometeram	-	- Não é uma mentira estratégica - Tem influência corruptora na sociedade - Põe em risco o interesse nacional mais amplo - Não tem legitimidade
---------------------------------------	-----------------------	--	--	---	---

1.3. A ÉTICA DA MENTIRA

Para considerar a ética da mentira e qual seja a sua relação com os princípios morais, que regem as relações entre os Estados, é importante fazer a definição e a distinção entre os termos. Embora sejam costumeiramente confundidos, devido a relação próxima que apresentam entre si, a ética e a moral possuem um nítido contraste que é observado sob a perspectiva filosófica de Aranha e Martins:

Em sentido bem amplo, a moral é o conjunto das regras de conduta admitidas em determinada época ou por um grupo de homens. Nesse sentido, o homem moral é aquele que age bem ou mal na medida em que acata ou transgredir as regras do grupo. A ética, ou filosofia moral, é mais abstrata, constituindo a parte da filosofia que se ocupa com a reflexão a respeito das noções e princípios que fundamentam a vida moral (ARANHA e MARTINS, 1998: 261).

Em vista desse argumento, se entende que existe uma ética, ou uma filosofia moral, para todas as coisas, inclusive para a mentira. As noções de certo e errado são imprescindíveis para a construção do que se denomina como “eticamente aceitável” ou não. Tais noções estão inseridas na história dos vencedores, no sentimento nacional, bem como em todo o conjunto de normas liberais aceitas no cenário político, as quais incidem na reflexão da filosofia moral do uso da mentira.

Seguindo esse pensamento, é natural que, para a maioria das pessoas, a reflexão dos princípios formuladores da mentira resulte na reprovação completa de qualquer manifestação de engano. A ação positiva em prol da mentira é algo difícil de aceitar em um primeiro momento, pois as pessoas não gostam de pensar que seus Estados se portam traiçoeiramente, contrários à justiça ou ao direito internacional, na busca de seus objetivos.

Segundo Sissela Bok, há muitas áreas e campus de estudos que parecem não ter o “código de ética em primeiro lugar. E os códigos existentes dizem pouco sobre quando o engano é ou não é justificável” (BOK, 1999: XVII, TL). Na verdade, talvez o código de ética que tem deixado de ser considerado em primeiro lugar seja o código amplamente aceito pela sociedade, de um modo geral. Mas a ética diz respeito à filosofia moral que motiva as ações das pessoas, tal qual as dos Estados. Estes também possuem um código moral que apresenta prioridade de atenção, a prioridade dos Estados é assegurar sua própria sobrevivência no sistema internacional anárquico. Nesse caso, ao se utilizar da mentira para obter objetivos essenciais, o Estado não está pondo de lado seu código de ética, antes, ele está cumprindo-o, pois entende que sua segurança está acima do que é, em geral, aceito como “justo” ou “correto”. Bobbio (2000), considera necessário acrescentar que a ética da coletividade se distingue da ética dos indivíduos, nos Estados a coletividade recebe supremacia de expressão. A ética de grupo apresenta a lógica da razão de Estado:

A razão de Estado nada mais é que um aspecto da ética de grupo, ainda que o mais clamoroso, sendo o Estado a coletividade no seu mais alto grau de expressão e potência. Mas cada vez que um grupo social age em sua própria defesa contra outro grupo, apela-se a uma ética distinta daquela geralmente válida para os indivíduos, a uma ética que responde a mesma lógica da razão de Estado (BOBBIO, 2000: 176 - 177).

Em termos de ética, certamente há quem pense que a mentira, simplesmente, se expressa sob o aspecto negativo, devendo ser seriamente depreciada e repelida, ainda mais na esfera política. No entanto, para o líder de um Estado não há “obrigação moral mais elevada que garantir a sobrevivência de seu país” (MEARSHEIMER, 2012: 24). Portanto, a mentira pode ser considerada como algo positivo, em prol de um interesse de abrangência benéfica maior do que o erro moral que incorre no ato de mentir. Embora o lado positivo da mentira seja questionável, em vista do realismo ofensivo, oculto nas mentiras que envolvem as relações entre os atores internacionais, o autor a apresenta como algo aceitável diante de determinadas situações.

Segundo Guerreiro (2009), considerar a mentira como algo inadmissível em qualquer situação (como o fazem, Santo Agostinho e Kant) e considerar a mentira como algo desonroso, mas justificável a depender das circunstâncias (como a consideram, Platão e Benjamin Constant), definem os modos pelos quais as pessoas se portam ante o problema ético da mentira. O segundo posicionamento entende que a mentira pode ser utilizada diante de excepcionalidades, quando se pensa em um bem maior em detrimento da verdade:

Lafer assume a posição de Platão e Benjamin Constant e desenvolve uma justificação para a mentira em determinados casos excepcionais em que está em jogo o sacrifício de um bem menor (por exemplo: a honra) em nome de um bem maior (por exemplo: a vida). Pensamos que esta posição está mais adequada às exigências do Direito, bem como da *praxis* política (GUERREIRO, 2009: 113).

Nesse sentido, a mentira no uso político é vista como um instrumento válido, embora desonroso, uma vez que prima pela defesa da segurança ou do benefício maior da coletividade. Essa concepção se fortalece também em vista de que a ética da mentira não se apoia em interesses particulares, que se percebam como, e tão somente, egoístas, mas se apoia em interesses nacionais. Então, se o ato de mentir é colocado como fazer uso de trapaça, a “trapaça política” é direcionada para um bem maior. Mearsheimer (2012), se expressa a respeito disso, fazendo menção a “ética da responsabilidade”, descrita por Max Weber. Os líderes dos Estados têm apenas um objetivo, o qual é superior aos valores morais e eticamente aceitáveis: cuidar dos interesses que assegurem a sobrevivência de seus Estados.

Alguém poderia arguir: se a mentira visa o bem, visa o bem de quem? De qual coletividade? A resposta é simples, a mentira visa o benefício nacional do Estado que a propõe. Não se deve conceber que a mentira dita por um Estado, para atender a seu próprio interesse nacional, também apresente como propósito o favorecimento da posição estratégica de um outro Estado no sistema internacional. A exemplo disso, é possível conjecturar, como argumento inverso, que um Estado minta acerca de determinado assunto em negociações comerciais internacionais e a resolução comercial adotada, conseqüentemente, beneficie a um grupo de Estados de determinada região.

Acerca disso, no entanto, o realismo ofensivo, deixa muito claro que quando um Estado desenvolve uma ação ofensiva contra outro, não é o benefício alheio de um terceiro ator político o que se tem em vista. Nesta concepção teórica, o fortalecimento estratégico de um Estado, inevitavelmente, põe em risco a segurança dos demais. Além disso, considerando a natureza realista dos atores internacionais, seria ingênuo pensar que a coletividade é tudo o que se tem em conta, quando se evidencia que os atores são autointeressados e, portanto, não desperdiçarão as oportunidades de usar a mentira com a finalidade de acúmulo de poder ao custo da insegurança dos demais.

Diante do fato de que a mentira política centraliza o poder de decisão nas mãos de determinado grupo, novas objeções são feitas acerca da reflexão ética da mentira. Neto (2007) afirma que o sujeito, enquanto um operador do conhecimento, não tem chances de tomar decisões plausíveis diante de distorções da realidade. Ele reflete sobre a incoerência do

engano quando se objetiva construir uma *polis* digna de homens livres, sendo a mentira um elemento mitigador da liberdade política para a tomada de decisão. A respeito disso, ele considera:

Se um indivíduo interpreta errada a realidade, quais as chances de tomar uma decisão correta? Pouquíssimas. Então, numa sociedade de homens livres, não podemos imaginar que essa sociedade possa construir uma *polis* decente a partir de um engano. Não só do engano que pode ser um erro, mas do engano deliberado que é uma mentira. E principalmente uma mentira que é usada pelo Estado para controlar a sociedade, porque com certeza, se o Estado usa a mentira que é um erro deliberado para manipular os indivíduos, ele não quer resolver os interesses ou representar os interesses dos indivíduos, mas, perpetuar-se como foco único de poder (NETO, 2007: 105).

Nesta perspectiva, a mentira usada para fins políticos é, na realidade, mais próxima de uma manifestação de totalitarismo, a qual restringe o poder de decisão coerente dos demais atores para o benefício do promulgador do engano. Mearsheimer (2012) reconhece que a mentira é “em essência” antidemocrática, pois impede a livre tomada de decisão, inclusive, do povo concentrando o poder deliberativo exclusivamente nas mãos de governantes e seus assessores. Porém, não há necessidade de defender a mentira da acusação de minar o poder deliberativo dos demais Estados, pois o sistema internacional é anárquico e “onde não há lei, não há injustiça” (HOBBS, 2003: 47). O uso da mentira no ambiente doméstico, por outro lado, exige uma sólida explicação aos civis, os quais confiaram ao Estado sua liberdade em troca de segurança.

Não há como discutir a ética da mentira na política internacional sem considerar as implicações da sua instrumentalização entre os atores, para a obtenção do poder. Pois a mentira é uma ferramenta de poder e, não apenas isso, é uma ferramenta para o poder, pela sobrevivência. Derrida (1996) diz que a política é um espaço privilegiado para a mentira e que isso não é algo novo. Seguindo esse pensamento, ele faz menção as palavras e questionamentos de Hannah Arendt:

As mentiras sempre foram consideradas instrumentos necessários e legítimos, não somente no ofício do político ou do demagogo, mas também do estadista. Por que será assim? O que isso significa quanto à natureza e dignidade do campo político por um lado, quanto à dignidade da verdade e da boa-fé por outro lado? (DERRIDA, 1996: 11).

Ainda que seja um objeto de pesquisa recente, a participação da mentira no cenário político não é algo novo, porque não é nova a competição pelo poder. Derrida, ao citar Hannah Arendt, evidencia o questionamento quanto a dignidade e a moral que permeiam as relações

políticas. Nesse sentido, a mentira demonstra quais são os valores e os princípios mais relevantes em determinadas ações políticas: a obtenção e manutenção de poder.

Prosseguindo nesta direção, a teoria realista das Relações Internacionais afirma que o Estado é um ator internacional egoísta, que está continuamente preocupado com a obtenção de dois objetivos: poder e sobrevivência. A ética da instrumentalização da mentira não pode, de forma alguma, estar desvinculada da razão; pois os atores internacionais têm uma lógica que motiva suas ações, e o uso da mentira não se exclui desse fato. Sendo a mentira considerada a partir do realismo ofensivo, pode-se afirmar, ainda mais categoricamente, que “não há mentira, apesar do que se diz, sem intenção, desejo ou vontade de enganar” (SANTO AGOSTINHO apud DERRIDA, 1996: 10). No entanto, o que parece uma atitude imprópria e desvirtuosa pode ser demonstrada, mesmo dentro do realismo, como algo bom, em vista de sua utilidade para solucionar questões políticas complexas e relativas à segurança nacional.

Mas o engano poderia, de fato, ser considerado como algo bom ou um instrumento benéfico de persuasão estatal? A mentira, que para muitos é considerada como algo imoral ou desonroso, tem sido utilizada no meio político ao longo dos anos, camuflada em fatos e evidências fictícias. Tem movido decisões governamentais e influenciado as políticas externas de Estados em detrimento de outros. Pois são os interesses específicos de um Estado o que leva seus governantes ao uso da mentira, e isso não ocorre sem implicar, necessariamente, em alguma perda para o Estado que recebe o engano como sendo algo verdadeiro. Acerca dos motivos que conduzem governantes ao uso de inverdades, Mearsheimer (2012) considera:

Os líderes contam mentiras internacionais por duas razões diferentes. Eles podem contar mentiras a serviço do interesse nacional. São mentiras estratégicas, que os líderes dizem com a finalidade de ajudar seus países a sobreviver no caos das relações inter-Estados. E os líderes também podem contar mentiras egoístas, que pouco têm a ver com a *raison d'état*, e sim visam a proteger seus próprios interesses pessoais ou de seus amigos (MEARSHEIMER, 2012: 29).

Diante da anarquia do sistema internacional, que inspira a constante desconfiança entre as unidades políticas, cada Estado busca cuidar do que lhe é mais favorável, “e, se isso significar mentir e trapacear, que assim seja” (MEARSHEIMER, 2012: 25). Na política internacional, as normas não são um empecilho para as inclinações do Estado e a articulação da mentira estratégica apresenta sofisticação e sutileza em suas formas de se exprimir enganosamente sobre as verdades dos fatos. Portanto, deve ser compreendida em suas especificidades, sem deixar de se respaldar em uma teoria, a teoria realista e, mais enfaticamente, o realismo ofensivo de John J. Mearsheimer.

2. REALISMO OFENSIVO: O PENSAMENTO DE MEARSHEIMER

Trabalhando a mentira como um objeto de estudo relacionado à política internacional, faz-se necessário considerar qual a formulação teórica das Relações Internacionais que melhor explica esse fenômeno. O realismo ofensivo é apontado como a teoria que responde, ou melhor explica, sobre o uso da mentira, porque suas lógicas causais são as mesmas, bem como o formulador de ambos conceitos, a saber, Mearsheimer. Antes de analisar o realismo ofensivo, é válido pensar a lógica realista de um modo geral, para então compreender o cerne da teoria que fundamenta a mentira e, assim, analisar a prática de sua instrumentalização na política internacional.

O realismo oferece uma visão pessimista das relações internacionais, pois, em sua tentativa de analisar o mundo real, refuta toda sorte de aspiração ideal à compreensão do mundo a partir de como ele “deveria ser” ou de como os atores internacionais deveriam agir. É sabido que, mesmo em vista das fortes críticas, o realismo continua reconhecido enquanto corrente dominante das Relações Internacionais. Pois suas premissas fornecem ao pesquisador a capacidade de analisar e fazer previsões de modo concernente acerca das interações existentes no sistema internacional, através da lógica que a teoria apresenta acerca do comportamento dos atores.

Sua formulação teórica inicia-se com os trabalhos de E.H. Carr e Hans Morgenthau¹³, mas o pensamento realista remonta a origens clássicas, aos trabalhos de Tucídides, Maquiavel e Hobbes¹⁴. Todos esses grandes pensadores de política, embora apresentem divergências em certos pontos de vista, fizeram valiosas contribuições ao estudo das relações internacionais, bem como à concepção realista de um modo geral. No entanto, são as contribuições relacionadas a teorização do realismo ofensivo de Mearsheimer o que se busca considerar nesta análise, para a compreensão da lógica da mentira em sua utilização no cenário político.

Segundo Snyder (2002), ao longo dos anos o realismo vem sofrendo o impacto de grupos de pensamento opositores e, assim, novos adjetivos vêm sendo atribuídos a teoria, na medida em que surge novas ênfases ou variantes. Dessa maneira, o realismo pode ser percebido através de três ênfases específicas, Morgenthau apresenta o “realismo clássico”, Kenneth Waltz faz cisão ao pensamento clássico, instituindo o realismo estrutural e, finalmente, Mearsheimer apresenta a constituição teórica do realismo ofensivo como uma nova variação da teoria realista das Relações Internacionais.

¹³ Ver “Vinte anos de crise” e “A política entre as nações”.

¹⁴ Ver “História da Guerra do Peloponeso”, “O príncipe” e “Leviatã”.

2.1. CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO TEÓRICA

As contribuições do realismo clássico e estrutural são dignas de serem mencionadas em relação ao realismo ofensivo, pois atendem ao requisito estipulado por Mearsheimer acerca da teorização realista. Para Mearsheimer (2001), não basta ao realista a teorização sobre o poder como o elemento central das relações firmadas entre os Estados. É fundamental à teoria oferecer resposta e explicação para duas questões essenciais: por que os Estados perseguem o poder e quanto poder é o suficiente para os Estados. Vale destacar que mais adiante será possível perceber como as respostas a essas perguntas fazem clara ligação a utilização de mentiras como instrumento de poder político.

Em sua obra, “Vinte Anos de Crise”, Carr (2001) faz forte oposição à corrente idealista no período do entre Guerras Mundiais, apontando o poder como a causa do conflito, e não qualquer outro argumento ideal que se propunha. Nesse posicionamento o realismo sempre se exaltou, em fazer oposição a concepção idealista de que a valoração de determinados princípios poderá proporcionar aos homens a criação de um mundo melhor, no qual leis morais são respeitadas e ações estatais empregadas com justiça. Carr (2001), sugere exatamente o oposto a essa concepção, no mundo real, o que dita as relações entre os Estados é o poder, não há nada que a utopia possa fazer contra este fato.

Mearsheimer (2001), também se opõe a qualquer idealização de um mundo melhor, fazendo coro as postulações de Carr (2001). No entanto, critica seu pensamento por não fornecer uma teoria capaz de explicar as causas da busca do poder ou quando os Estados estarão satisfeitos com a quantidade de poder que já adquiriram. Morgenthau e Waltz, doutra sorte, são considerados por Mearsheimer como os realistas mais proeminentes porque, diferentemente dos demais realistas, que apenas se preocupam em enfatizar a importância do poder ao Estado, formulam respostas para as perguntas fundamentais ao realismo enquanto teoria.

Para Morgenthau (2003), embora os Estados reconheçam fortes incentivos na anarquia, lutam por poder porque têm dentro de si um desejo insaciável pelo próprio poder e são imbuídos de um sentimento egoísta por sua maximização. É a paixão pelo poder o que motiva os Estados à busca pela sobreposição aos demais no sistema internacional. Assim, esse tipo de realismo pode ser conhecido como “o realismo da natureza humana”, pois a “vontade de poder” assemelha o Estado ao ser humano, ambos são dotados de uma natureza ambiciosa por domínio. Desse modo, o desejo pelo poder responde a causa e a maximização contínua

responde a quantidade de poder que os Estados buscam, ou seja, não há satisfação para a busca do poder.

Waltz (2002), por outro lado, não entende que os Estados apresentam uma personalidade dominada por paixão pelo poder, antes, o que os impulsiona a persegui-lo é a anarquia internacional. Os Estados lutam por poder porque buscam, em todo tempo, assegurar sua própria sobrevivência no sistema internacional. Então, não precisam da maximização de seu poder relativo, e, sim, de certa quantidade de poder que lhes confira segurança em relação aos demais Estados. Para Waltz, a sobrevivência responde a causa e certa quantidade de poder relativo responde a quantidade de poder necessário, logo, há satisfação para a busca do poder nos Estados.

Mearsheimer (2001) analisa o realismo de ambos, Morgenthau e Waltz, encontrando pontos de semelhança e divergência com o seu próprio pensamento. Assim como Morgenthau, ele afirma que os Estados sempre farão de tudo pela maximização do poder e, dessa maneira, o realismo não faz discriminação entre Estado “bom” e “mau” segundo a quantidade de poder que perseguem, pois, todos os Estados são vistos pela mesma lógica, todos estão inseridos em um sistema de insegurança internacional. Não obstante, Mearsheimer se distancia do pensamento de Morgenthau acerca da existência de um *status quo*¹⁵ do poder entre os Estados e o faz por uma razão muito simples: se os Estados são insaciáveis por poder, não há como existir a qualidade *de status quo* do poder no mundo. As visões de Mearsheimer e Morgenthau divergem também acerca da causa de os Estados perseguirem o poder ser atribuída ao puro desejo pelo poder. Para Mearsheimer (2001), Estados perseguem o poder para a garantia da sobrevivência no sistema anárquico, porque este os condiciona a serem ofensivos na competição pela maximização de suas capacidades relativas.

Assim como Waltz, Mearsheimer é um realista estrutural, ele compreende que as estruturas anárquicas do sistema internacional movem os Estados à busca pelo poder. No entanto, a maximização do poder é o que faz a cisão entre os dois. Waltz é estruturalista defensivo e isso o difere essencialmente do realismo estrutural ofensivo de Mearsheimer. Para Waltz (2002), os Estados só precisam perseguir o poder até determinado ponto em que assegurem sua própria segurança no sistema, pois, doutra sorte, a maximização de suas capacidades, certamente provocaria um desarranjo no equilíbrio de poder que lhes causaria

¹⁵ Segundo Morgenthau, “o conceito de ‘status quo’ deriva da locução latina *status quo* ante hel/um, expressão diplomática que engloba as usuais cláusulas dos tratados de paz que dispõem sobre a evacuação do território de tropas inimigas e sua restauração à soberania do período anterior às hostilidades”. Já a política do *status quo*, corresponde a “manutenção da distribuição do poder que existe em momento particular da história” (MORGENTHAU, 2003: 89).

desvantagem. Mearsheimer (2001), entretanto, apresenta uma lógica exatamente oposta: quanto mais poder o Estado adquirir, mais seguro ele estará e mais chances ele terá de sobreviver na anarquia (MEARSHEIMER, 2001: 38 – 39, TL).

O realismo defensivo compreende que “o sistema internacional pode apresentar diferentes formas de configuração, a depender do número de potências e de como o poder é distribuído entre elas [...] essas diferenças estruturais, por vezes, poderiam provocar importantes variações no comportamento do Estado” (MEARSHEIMER, 2001: 459, TL). Tal concepção dá margem para a ideia, apresentada pelos realistas estruturais defensivos, acerca da manutenção do equilíbrio de poder como sendo a forma mais segura de sobrevivência do Estado. Mas Mearsheimer (2001) opõe-se fortemente a este pensamento, fornecendo o realismo ofensivo como a teoria realista mais completa, porque enfatiza a relevância estratégica da ação ofensiva na guerra, preenchendo a lacuna deixada por estruturalistas defensivos ao negligenciar as vantagens do conflito.

Mearsheimer questiona a afirmação de Waltz de que “os realistas defensivos buscam a maximização da segurança” (WALTZ apud MEARSHEIMER, 2001: 460, TL). A expressão “maximização da segurança” não parece fazer sentido a Mearsheimer, pois não explica nada em si mesma. Como os Estados poderiam obter tal garantia? No sistema internacional não existe a concepção de maximização da segurança, pois a anarquia não traz descanso a nenhum ator. Portanto, o que o Estado pode maximizar são as expectativas de sobrevivência, à medida que maximiza seu poder relativo. De outra forma, seria mais sensato conceber que, em busca de segurança, os realistas defensivos respondem à anarquia “através da manutenção do equilíbrio de poder”, enquanto o realismo ofensivo responde “através do aumento da quota de poder mundial” (MEARSHEIMER, 2001: 460 – 461, TL).

2.2. LUZ PARA O COMPORTAMENTO DOS ATORES

Analisando propriamente o realismo ofensivo, a teoria pode ser descrita como a proposta de John J Mearsheimer, em sua obra “A tragédia das grandes potências”, com a finalidade central de demonstrar a razão da contínua luta dos Estados pela sobrevivência através da maximização do poder. Para atender a esse objetivo, a teoria fornece explicações sobre o passado histórico dos Estados, bem como faz previsão acerca do comportamento que se seguirá em suas futuras interações no sistema internacional anárquico. Oferece uma visão de mundo a partir de “como ele realmente é”, e não de “como deveria ser” ou de “como os

Estados gostariam que fosse”. Desse modo, o realismo ofensivo é descritivo, ao expor a estrutura do sistema anárquico e o comportamento dos Estados, como também prescritivo, à medida que propõe como deve ser o comportamento dos Estados se estes quiserem sobreviver à insegurança da anarquia internacional (MEARSHEIMER, 2001: 27, TL).

Mearsheimer elabora cinco pressupostos acerca do sistema internacional para analisar e comprovar a finalidade central de sua teoria, explicando por que os Estados mais poderosos, ou as grandes potências, competem entre si pelo poder, bem como por que se esforçam para chegar à hegemonia (MEARSHEIMER, 2001: 47, TL). Tais são as suposições estruturais:

- 1- O sistema internacional é anárquico, porém não desordenado;
- 2- Os Estados possuem capacidade militar ofensiva e são perigosos uns aos outros;
- 3- Nenhum Estado pode ter certeza sobre a intenção do outro, embora isso não signifique dizer que tenham intenções hostis;
- 4- A sobrevivência do Estado é seu principal objetivo, a manutenção territorial e autonomia política são imprescindíveis para isso;
- 5- Os Estados são atores racionais, pensam estrategicamente as suas próprias capacidades tanto quanto pensam as capacidades dos demais.

Para Mearsheimer (2001), a junção desses cinco pressupostos explica porque os Estados são agressivos uns aos outros. Lutar para sobreviver não parece ser uma tarefa ofensiva, nem mesmo demonstra um caráter cruel aos Estados. Quem não pensaria ser justo lutar para a continuidade da existência de sua própria unidade política? Contudo, todas as demais constatações feitas por Mearsheimer sobre o funcionamento do sistema, bem como sobre as capacidades e temores de todos Estados, apresentam boas razões para a constatação de que os atores são agressivos para o próprio benefício. Mearsheimer (2001) afirma que os Estados não apenas verificam de quanto poder os outros Estados dispõem, eles também trabalham para alcançar superioridade em prejuízo de todos os demais.

O realismo ofensivo, enquanto uma teoria estrutural, faz menção a fatídica realidade de um sistema de Estados anárquico, o qual condiciona o comportamento de seus atores à intensa busca pelo poder. No entanto, a existência da anarquia não implica em dizer que o sistema internacional seja caótico, desordenado e inclinado ao conflito. Pelo contrário, o cenário é anárquico, tão somente, porque não há poder central acima das soberanias dos Estados. Para a noção realista, a anarquia é um princípio de ordem (MEARSHEIMER, 2001: 48, TL).

Desse modo, se os Estados não são dotados de uma personalidade sedenta por poder, como assevera Morgenthau (2003), e se a anarquia não implica necessariamente em violência caótica, o que condiciona o conflito? No realismo ofensivo, o conflito é entendido como o

resultado da insegurança generalizada entre os Estados, a qual os faz buscar maximizar seus recursos materiais militares, a fim de assegurar sua própria sobrevivência à custa dos demais atores.

Mesmo outras capacidades, como o fortalecimento econômico, podem ser canalizadas para a investida de um Estado contra outro. Pois a vantagem do fortalecimento de um Estado já é em si uma clara manifestação de ameaça aos demais. Evera partilha desse pensamento ao afirmar que o aumento da insegurança “impulsiona Estados a resistirem à expansão dos outros mais ferozmente. Poderes ganhos por outros levantam ameaças maiores à segurança nacional; daí o expansionismo pede uma resposta mais violenta” (EVERA, 1998: 5, TL). Nessa perspectiva, Mearsheimer (2001), afirma que o realismo ofensivo desafia as concepções otimistas acerca das relações entre os Estados, pois considera o mundo condenado a uma infundável concorrência pela sobrevivência.

O medo motiva as ações ofensivas dos Estados e “a base desse medo é que, em um mundo onde grandes potências têm a capacidade de atacar uns aos outros, elas podem ter a motivação para fazê-lo” (MEARSHEIMER, 2001: 49, TL). Isso não sugere que os Estados são “maus”, mas sim hostis em função do perigo ao qual estão continuamente expostos. Como os Estados nunca saberão quando um poder puramente revisionista poderá emergir, estarão inevitavelmente em perpétua competição com os demais Estados. Se “a política internacional é cruel, perigosa e é provável que se mantenha assim” então é provável também que, “embora a intensidade de sua concorrência aumente e diminua, as grandes potências sempre temem umas as outros e sempre concorrem pelo poder” (MEARSHEIMER, 2001: 16 – 17, TL). Diante dos fortes incentivos para atenção a insegurança internacional, não há como esperar que os Estados sejam confiáveis e passivos quando os seus inimigos, aliados ou, até mesmo, vizinhos podem estar à procura de ocasião para o favorecimento que poderá lhes provocar prejuízos.

O comportamento agressivo e antagonista estabelecido entre os Estados pode ser justificável quando se tem em vista os riscos que o sistema internacional lhes confere. Segundo Mearsheimer (2001), a competição política não se assemelha a qualquer competição comercial, pois os riscos são mais altos, podem conduzir à guerra. A guerra, por sua vez, pode implicar em um uso tão desenfreado de violência que pode causar a morte de milhares de civis e ainda a aniquilação do Estado. Como então esperar que os Estados sejam passivos? Ainda que as guerras não sejam um evento ininterrupto no sistema internacional, a insegurança faz lembrar aos Estados a urgência da luta pelo poder, mesmo em tempos de aparente paz. Nas palavras de Aron, é a própria racionalidade dos Estados que recomenda

"pensar na paz, a despeito do fragor dos combates, e não esquecer a guerra quando as armas silenciarem" (ARON, 2002: 91). Os Estados não agem de modo passivo, não assistem a ascensão de seus vizinhos de braços cruzados. O valor da sobrevivência para o Estado se expressa no "antagonismo político", o qual, "em suma, tende a ser intenso, porque os riscos são grandes" (MEARSHEIMER, 2001: 50, TL).

Segundo Mearsheimer (2001), um dos argumentos controversos de sua teoria é o fato de que os sistemas multipolares são os mais propensos a guerra. A controvérsia paira sobre a tendência a se pensar que a existência de mais uma grande potência poderá equilibrar melhor a distribuição de poder no sistema internacional, evitando o atrito bélico entre os Estados. Não obstante, os Estados nunca se satisfazem com a distribuição de poder, antes, estão numa incessável luta por favorecimento, por isso "quase sempre terão um pensamento revisionista e farão o uso da força sempre que acharem ser um preço que merece ser pago, um preço razoável" (MEARSHEIMER, 2001: 17, TL). Considerando que os cálculos do poder são observados por todos os Estados, há três razões pelas quais os sistemas multipolares são os mais propensos a guerra:

Em primeiro lugar, há mais oportunidades para a guerra, porque existem duplas de conflito mais potenciais em um sistema multipolar. Em segundo lugar, os desequilíbrios de poder são mais comuns em um mundo multipolar e, portanto, grandes potências são mais propensas a ter a capacidade de ganhar uma guerra, tornando a dissuasão mais difícil e guerra mais provável. Em terceiro lugar, o potencial de erro de cálculo é maior em multipolaridade: Estados poderiam pensar que eles têm a capacidade de coagir ou conquistar outro Estado quando, na verdade, eles não têm (MEARSHEIMER, 2001: 380, TL).

Os Estados continuam sendo atores racionais, como tais, pesam os custos e os riscos de adentrar no conflito para efetuar a tentativa de quebra do equilíbrio de poder. Motivados pelo medo, os Estados tentam se favorecer através da ação ofensiva e, se os custos são muito altos, eles "são forçados a esperar um momento mais oportuno" para o ataque. Nesse sentido, o reconhecimento de poder, em termos de superioridade em recursos materiais, é "a melhor chance de sobrevivência", o que proporciona aos atores o sentimento de segurança. Os Estados só deixam de tentar o próprio favorecimento, reconfigurando o equilíbrio de poder, quando lhes falta capacidade para tal. Mas, ainda assim, o medo e a desconfiança são variáveis que jamais serão eliminadas do sistema internacional (MEARSHEIMER, 2001: 17, TL).

No pensamento realista ofensivo, a intensa competição por segurança não para no objetivo de assegurar a sobrevivência, os Estados têm como objetivo final alcançar o poder

máximo no sistema internacional, que é a hegemonia sobre os demais atores. O maior poder protege os Estados de ataques de poderes mais fracos, mitigando sobremaneira as ameaças à sobrevivência. No entanto, Mearsheimer (2001), afirma que é muito difícil para o Estado chegar a ser o ator mais poderoso do mundo, sendo mais provável alcançar a hegemonia regional.

Embora seja o maior desejo dos atores internacionais, é pouco provável que um Estado consiga se tornar o mais poderoso do mundo, ou seja, ser a única grande potência do sistema. Pois, para isso, tal Estado precisaria obter suficientes recursos militares para se colocar em um patamar de poder que os demais não poderiam igualar. Mearsheimer (2001) aponta que o maior impedimento para a hegemonia no sistema internacional seria a dificuldade de projeção do poder para além dos oceanos, os quais se constituem como uma segura defesa ao território de potências rivais. Sendo assim, o fim dos Estados mais fortes é alcançar a hegemonia regional, pois esse domínio de poder lhes permite atuar como equilibradores externos em outras regiões à medida que bloqueiam a ascensão de competidores equiparáveis (MEARSHEIMER, 2001: 229, TL).

Os Estados partirão ao ataque, caso encontrem situações propícias para mudar o equilíbrio de poder a seu favor ou para impedir que outro Estado o tente fazer para o próprio benefício. Mearsheimer (2001) descreve quais as estratégias dos Estados para ganhar e manter o poder, classificando a chantagem e a guerra são as principais. O *balancing*¹⁶ e *buck-passing*¹⁷ são as estratégias centrais dos Estados para impedir que seus adversários quebrem o equilíbrio de poder em próprio benefício. Através do *balancing*, “o Estado ameaçado aceita o fardo de dissuadir seu adversário e compromete recursos substanciais para alcançar esse objetivo”, já com o *buck passing*, “Estado ameaçado tenta fazer com que um outro Estado arque com o ônus de dissuadir ou derrotar o Estado ameaçador” (MEARSHEIMER, 2001: 29, TL).

O foco na maximização da parcela de poder mundial para a obtenção da segurança, como sendo o objetivo primordial dos atores, acrescenta um adicional ao realismo estrutural de Waltz. Enquanto Waltz (2002) explica que equilibrar pode ser a melhor chance de maximizar a segurança, Mearsheimer (2001) demonstra que a guerra é uma variável que não deve ser desprezada para proteção do Estado. O realismo ofensivo diz que os Estados dão um passo à frente para alcançar o poder sempre que tiverem a capacidade para tanto, pois o aumento da quota mundial o torna mais seguro. Nessa perspectiva, diminuir a ameaça ou

¹⁶ No *Balancing*, os Estados assumem a responsabilidade para manter o equilíbrio de poder existente.

¹⁷ No *Buck-Passing*, os Estados usam da ameaça contra os demais em busca de poder.

adotar um comportamento passivo, quando existe uma oportunidade de obtenção de vantagem maior através do ataque, são posturas completamente dissociáveis a esta teoria. Se um Estado tiver capacidade, ele certamente atacará para alterar o equilíbrio de poder a seu favor. Para os realistas os cálculos do poder são primordiais aos Estados, o “poder é a moeda da política [...] o dinheiro é para a economia, o poder é para as relações internacionais” (MEARSHEIMER, 2001: 28, TL).

As grandes potências são os atores que, de fato, são relevantes à teoria, e isso porque é sobre os Estados mais fortes que está a capacidade de tomar medidas que geram real impacto no equilíbrio de poder do sistema internacional. Os Estados mais fortes, ou as grandes potências, em suas ações e decisões, determinam a sorte tanto das grandes quanto das pequenas capacidades na anarquia internacional (MEARSHEIMER, 2001: 20, TL). Sendo assim, para esclarecer quais são os Estados de maior proeminência no cenário internacional, capazes de participar de reconfigurações proeminentes, Mearsheimer (2001) oferece as qualificações para que um Estado seja considerado como uma “grande potência”:

- 1- O Estado deve apresentar recursos militares suficientes enfrentar o Estado mais forte no sistema internacional, colocando-se em uma guerra convencional total.
- 2- Ainda que tal Estado não tenha capacidade para vencer o Estado mais forte, deve conseguir enfraquecer seu poder, mesmo que o Estado dominante ganhe a guerra no final das contas.
- 3- Grandes potências possuem meios de dissuasão nuclear, capazes de sobreviver a um primeiro ataque, além de possuir excepcional força convencional no sistema de Estados.

Acerca de tais capacidades, vale ressaltar, Mearsheimer avalia que o Estado mais poderoso do mundo seria aquele que ganhasse superioridade nuclear sobre todos os demais. Então tal Estado “seria tão poderoso que seria a única grande potência no sistema” e o “equilíbrio de forças convencionais seria em grande parte irrelevante se uma hegemonia nuclear surgir” (MEARSHEIMER, 2001: 19, TL). Os cálculos de poder são cruciais para esta teoria, porque bons indicadores do poder permitem examinar as capacidades de potência dos Estados, como também a arquitetura do sistema.

No realismo ofensivo, os Estados são tratados “como caixas pretas ou bolas de bilhar”, pois fatores estruturais são exaltados como proeminentes, já outras questões, como políticas internas, pessoas físicas ou ideologias, são suprimidas (MEARSHEIMER, 2001: 26, TL). Tal posicionamento é, por vezes, criticado por outras concepções teóricas, sob o argumento de que o realismo ofensivo limita a visão acerca de outras possibilidades de análise política, além do Estado, bem como fornece respostas que não servem à real necessidade teórica analítica. No entanto, para Mearsheimer (2001), existe um preço a se pagar para qualquer simplificação

da realidade, e isso ocorre com qualquer teoria. Ao enfatizar a relevância do sistema internacional anárquico e a influência dos Estados mais poderosos, como aqueles que determinam o condicionamento dos demais, o realismo ofensivo se ocupa em responder as questões que considera serem, de fato, as que interferem na ordem e na realidade internacional.

No que tange as limitações de sua teoria, Mearsheimer afirma que seu objetivo é demonstrar que o realismo ofensivo é capaz de “lançar luz sobre o funcionamento do sistema internacional”. Ainda que existam limites de poder explicativo para qualquer teoria, a melhor delas enfrenta “o menor o número de anomalias” (MEARSHEIMER, 2001: 26, TL). As proposições do realismo ofensivo não são ideias soltas ao vento, são pressupostos que oferecem testes e validação no registro histórico, especialmente no que toca às relações estabelecidas entre as grandes potências desde 1972. Logo, são argumentos firmes e comprovados. Mesmo que existam limitações explicativas, maiores são as capacidades de fornecer uma compreensão ampla acerca da política estabelecida no cenário internacional. Mearsheimer valida a importância de fazer teorizações também na esfera da ciência política internacional, asseverando que,

Na verdade, nenhum de nós poderia compreender o mundo em que vivemos ou tomar decisões inteligentes sem teorias. Na verdade, todos os estudantes e profissionais da política internacional dependem de teorias para compreender os seus arredores. Alguns estão conscientes disso e alguns não, alguns admitem isso e outros não; mas não há como escapar do fato de que não poderíamos fazer o mundo complexo em torno de nós ter sentido sem simplificar teorias (MEARSHEIMER, 2001: 23, TL).

A importância desta teoria vai de encontro às postulações críticas acerca do realismo enquanto uma “realidade dada” ou uma “teoria a serviço de alguém ou de alguma coisa”. De fato, a teorização pode coincidir com os interesses de governos ou de qualquer outro agente ao qual se atribua a condição de “ator internacional”. No entanto, a verdade é que os críticos da “realidade dada” não fornecem previsões, em grande medida, acertadas acerca do comportamento dos Estados, tal como fazem os realistas. Nem ainda fornecem uma explicação sólida para o desenrolar de acontecimentos tão relevantes ao sistema internacional, como os conflitos armados. Mearsheimer (2001) sustenta que não apenas lança ideias criativas acerca de como os Estados se comportam em sistemas multipolares ou bipolares, mas fornece uma lógica causal para sua teoria e apresenta uma racionalidade que comprova suas alegações.

Em suma, realismo ofensivo é como uma lanterna potente em um quarto escuro: mesmo que ele não possa iluminar cada canto e recanto, na maioria das vezes, é uma excelente ferramenta para navegar através da escuridão. Deve ser evidente a partir desta discussão que realismo ofensivo é principalmente uma teoria descritiva. Ele explica como grandes potências se comportaram no passado e como eles são susceptíveis de se comportar no futuro. Mas é também uma teoria prescritiva. Os Estados devem se comportar de acordo com os ditames do realismo ofensivo, porque descreve a melhor maneira de sobreviver em um mundo perigoso” (MEARSHEIMER, 2001: 27, TL).

A resposta do realismo ofensivo para as duas perguntas centrais à teorização realista, “por que os Estados perseguem o poder” e “quanto poder é o suficiente para os Estados”, é que os Estados perseguem ao poder para se tornarem mais seguros, em meio ao perigo imposto pelo sistema internacional, e a quantidade suficiente de poder para um Estado é a hegemonia no sistema internacional. Levando em consideração que dominar o mundo é algo pouco provável de ocorrer, em vista da dificuldade de acumular poder militar para tal, os Estados mais fortes tentam se tornar hegemônias regionais. A maximização do poder a nível regional torna possível aos Estados a obtenção de melhor favorecimento no equilíbrio de poder internacional.

2.3 O REALISMO OFENSIVO COMO RAZÃO DA MENTIRA

Diante da exposição teórica realista, bem como da ênfase sobre o realismo ofensivo apresentar a melhor compreensão para a instrumentalização da mentira na política internacional, é imprescindível destacar em quais aspectos a teoria mais se aproxima da utilização das mentiras estabelecidas entre os Estados. Primeiramente, é importante perceber que a capacidade de captação de poder, conferida por qualquer que seja o artifício político, constitui a este como alvo do interesse estatal. A mentira considerada como um instrumento de poder é um tema claramente embasado em concepções realistas, desde a consideração mais básica da teoria: o poder como variável determinante nas articulações políticas firmadas entre os Estados.

Nem o realismo, nem todas as demais teses existentes pretendem fornecer justificativas para as disparidades encontradas entre a ética da sociedade e ética da política, “o objetivo da ação política seja o poder pelo poder” (BOBBIO apud MEARSHEIMER, 2012: 9). O que se pretende dizer com isso é que a mentira é uma arma ofensiva, desvinculada de

obrigações morais comumente aceitas pela sociedade. Assim como o realismo ofensivo descreve que os Estados não desperdiçarão a oportunidade de obtenção de vantagem sobre os demais, a mentira é empregada para a sobreposição política dos Estados, ação que visa promover, em última análise, a garantia da sobrevivência no sistema internacional. Tal constatação explica muito da discrepância que envolve as questões de ética comumente aceita e de responsabilidade social, diante dos posicionamentos mentirosos assumidos pelos governantes dos Estados.

Afinal, muitas das mais dolorosas escolhas morais envolvem decidir se devemos ou não contar uma mentira deslavada. Se pudéssemos ganhar maior clareza para estas escolhas e assim estreitar a margem de dúvida restante, nós poderíamos, em seguida, voltarmos para todas as dificuldades limítrofes com um terreno mais firme sob nossos pés. [...] mentiras claras, muitas vezes, são apontadas e consideradas separadamente. O que tais mentiras fazem à nossa percepção e as nossas escolhas? E quando elas podem ser justificadas? (BOK, 1999: 42, TL).

O realismo ofensivo resolve esta questão proposta por Sissela Bok, alegando que a manutenção da segurança do Estado é crucial para sua sobrevivência em meio aos riscos contínuos do sistema internacional. A principal obrigação moral do Estado é garantir sua sobrevivência, portanto, usar mentiras que viabilizem esse propósito é algo considerado como justificável. Pois a realidade, nesta perspectiva realista ofensiva, corresponde a “um mundo de concorrência constante por segurança, onde os Estados estão dispostos a mentir, a enganar, e a usar a força bruta, se isso ajuda a ganhar vantagem sobre seus rivais” (MEARSHEIMER, 2001: 54, TL).

Desse modo, existe uma concordância intrínseca entre o realismo ofensivo e o uso das mentiras como arma de poder político, uma relação que se estabelece a partir do compartilhamento da mesma lógica e princípio. Deve se ter em conta, novamente, que a mentira contemplada nesta análise é aquela utilizada por líderes políticos dos Estados. Tal mentira é aquela que recebe de Mearsheimer (2012), a designação de mentira estratégica, isto é, mentira com um mínimo de legitimidade.

Dentro da relação entre a teoria e o uso da mentira, se pode observar a semelhança do engano para com a prática da guerra injusta. Como se sabe, a mentira é tida como uma atitude moralmente incorreta e indigna de líderes políticos, assim como a guerra injusta o é, mas ambas são ações utilizadas pelos Estados, por vezes, para a maximização de poder, mesmo que o objetivo final seja sobreviver a anarquia. A guerra, em especial, é considerada uma ação injusta e, até mesmo um crime, diante do direito internacional. A mentira, por sua vez pode

ser considerada, inclusive, a depender do juízo de valor, como um ato de violência, tal qual é o engano para Bok (1999). No entanto, o realismo ofensivo demonstra que a insegurança internacional faz com os Estados assumam posturas que estão além do que se é moralmente justo ou aceito. Tal comportamento encontra respaldo na qualificação de unidade política “soberana”, atribuição que faz com que os Estados se recusem a cumprir os acordos que eles mesmos estabeleceram, quando essas formalidades deixam de favorecer seus interesses políticos.

A exposição teórica traz à luz as motivações, como também as questões-chaves que envolvem o uso da mentira na construção da política internacional. Para ainda destrinchar o pensamento realista e relacioná-lo ao uso da mentira, é válido fazer uso das palavras de Bull acerca da tradição hobbesiana como sendo uma lógica presente na política internacional,

A tradição hobbesiana descreve as relações internacionais como uma guerra de todos contra todos; uma arena de combates em que cada Estado está em preso contra o outro. As relações internacionais, em uma perspectiva hobbesiana, representam o puro conflito entre Estados e se assemelham a um jogo que é inteiramente distributivo ou uma soma-zero: os interesses de cada Estado excluem os de quaisquer outros (BULL, 2002: 23).

O realismo ofensivo representa de modo enfático a continuação do pensamento realista clássico, os Estados continuam em uma guerra de “todos contra todos”, buscando a maximização do poder para a sobrevivência em meio à anarquia. Nessa lógica, faz todo sentido o uso de engano como ferramenta para maior obtenção de poder, pois a mentira ultrapassa os limites da filosofia moral e remove obstáculos à consecução de objetivos políticos. A mentira também apresenta o caráter de “soma-zero”, pois ao mentir, um Estado exclui os interesses de todos os demais. As manifestações de engano furtam dos demais atores, a possibilidade de enxergar a realidade como ela é, mitigando suas possibilidades de escolhas que lhes trariam benefícios, servindo ao interesse e causa do promulgador do engano.

Seria possível parafrasear as enfáticas palavras de Clausewitz (1976), para conceber que a mentira, tal como a guerra, “é uma extensão da política por outros meios”¹⁸. O uso da mentira requer a subordinação dos princípios morais aos princípios do poder, nessa lógica, não vem ao caso se ela é compreendida como uma atitude digna ou não aos líderes nacionais, isso não importa ao realismo ofensivo, tudo o que importa é o aumento da parcela mundial de poder Estados. O realismo ofensivo não faz discriminação entre “bons” e “maus” Estados, pois todos os agem de acordo com a mesma lógica, ao invés disso, Estados são discriminados

¹⁸ Carl Von Clausewitz disse: “a Guerra é uma extensão da política por outros meios”.

em termos de poder relativo. (MEARSHEIMER, 2001: 34, TL). A mentira, como se sabe, está à serviço do Estado, portanto, não fará também essa discriminação moral.

Contudo, toda essa semelhança teórica não permite afirmar que a retórica do realismo ofensivo pressuponha a frequência da mentira entre os Estados, assevera Mearsheimer (2012), enfatizando veracidade desse argumento ao se declarar como “um realista de carteirinha”. Alguém poderia ser levado a crer que assim como os Estados não se deterão na busca pela maximização do poder, também serão desenfreados no uso da mentira, para captação de vantagens estratégicas. Porém, essa conclusão seria um erro decorrente de um raciocínio abrupto. Acerca disso, o realismo ofensivo faz uma válida constatação referente aos atores internacionais: os Estados são racionais e fazem cálculos estratégicos acerca do poder. Essa mesma lógica ocorre com a mentira. Os Estados não agem de modo irrefletido, fazendo guerras de escolha em todo tempo ou mentindo frequentemente para solapar a ascensão política dos demais. Antes, são atores estratégicos, por vezes, sorrateiros e meticulosos.

Nem mesmo o realismo ofensivo poderia pressupor a frequência da mentira. Como atores racionais, os Estados não farão da repetição frequente do uso do engano um empecilho aos seus próprios objetivos de adquirir vantagens sobre os demais. Mentir para um Estado aliado, por exemplo, poderia minar a confiança e acabar por não ser uma ação estratégica (MEARSHEIMER, 2012: 69). O uso corriqueiro de mentiras poderia acentuar exacerbadamente a desconfiança que permeia o cenário internacional e isso destruiria o pequeno espaço de confiança existente que permite aos atores o estabelecimento relações pacíficas. Se o nível de desconfiança se elevasse dessa maneira, transformaria a anarquia internacional em um caos total, quando, na verdade, o realismo ofensivo pressupõe que mesmo a ausência de um governo central fornece certa ordem no equilíbrio de poder de Estados soberanos. Da mesma forma, até a mentira, apresenta limites precisos de observação em sua instrumentalização política.

“Estados operam em um mundo de autoajuda quase sempre agem de acordo com seu próprio interesse e não subordinam seus interesses aos de outros Estados, ou aos interesses da chamada comunidade internacional” (MEARSHEIMER, 2001: 52, TL). No realismo ofensivo, os Estados atacam porque, na verdade, querem se defender, todos os atores estão tentando assegurar sua própria sobrevivência. (MEARSHEIMER, 2012: 31). Nesse sentido, a mentira, que é uma manobra política para a conquista de interesses do Estado que a propõe, pode ser percebida tanto como uma arma de ataque quanto como uma arma de defesa. Como isso ocorre se relaciona às causas e às expectativas referentes à mentira proposta.

Os Estados podem mentir para diversas finalidades e são motivados por diversos fins, mas é útil dispor maior atenção às possibilidades de defesa ou de ataque, através da mentira, sob a perspectiva de condução ao conflito. As mentiras podem conduzir ou evitar a guerra e os Estados podem mentir para atacar ou para dissuadir um ataque inimigo. Sua influência pode moldar a percepção da realidade e das capacidades dos atores internacionais, promovendo ou evitando a guerra. Segundo Evera, para o qual a guerra é mais provável quando a conquista é mais fácil, “tanto a realidade como a percepção de fácil conquista podem ser moldadas pela ação humana” (EVERA, 1998: 7, TL). A ação humana se reflete na utilização da mentira, a qual está dentro do domínio do discurso político, sendo a verbalização retórica do debate político internacional o que dá espaço para que a mentira seja inserida à serviço das razões de Estado.

Outra válida constatação é que, ainda que partilhem da mesma lógica, a teoria do realismo ofensivo e a instrumentalização da mentira possuem divergências em determinadas circunstâncias, afinal não se tratam da mesma coisa. Na lógica realista ofensiva, assim como os líderes de todos os tipos concorrem pelo poder, fazem uso da mentira, sejam eles democráticos ou não (MEARSHEIMER, 2012: 135). No entanto, a utilização política da mentira entre Estados pode ser avaliada como mais frequente em democracias do que em autocracias.

O realismo ofensivo diz que os Estados, não importando sua forma de governo, concorrerão pelo poder. Assim, a teoria não leva em consideração as formas de governo em si, mas considera o comportamento do Estado sob a mesma lógica. Já a instrumentalização da mentira dirá que todos os Estados são passíveis a mentir, porém os democráticos incorrerão mais ao uso de engano, visto que precisam mais de legitimidade para respaldar suas ações. Acerca do fato de que todos os líderes são passíveis ao uso de engano, “uma lógica realista simples explica por que é difícil para os líderes escapar ao mentirem a outros países quando importantes questões estão em jogo”, porque todos os Estados estão inseridos no mesmo perigoso sistema anárquico (MEARSHEIMER, 2012: 48).

Não ter escolha senão garantir a própria sobrevivência é uma lógica realista, bem como é lógica da mentira. No realismo ofensivo, a maximização das expectativas de sobrevivência se dá através da maximização do poder. Já a mentira, enquanto arma de poder, é equivalente a maximização das expectativas de sobrevivência, porque ela mesma é utilizada para a captação de poder. Isso se demonstra no fato de que, ao mentir para outros Estados, o Estado que propôs o engano obtém vantagem estratégica que pode e certamente será

transformada em maximização de suas capacidades relativas em detrimento dos Estados enganados (MEARSHEIMER, 2012: 51-52).

Assim como a anarquia, segundo o realismo ofensivo, não necessariamente apresenta relação intrínseca com o conflito, mas prevê uma ordem no sistema internacional, a mentira, por ser amplamente considerada sob o ponto de vista negativo, não necessariamente implica em desordem nas relações interestatais. “Mentir é efetivo apenas quando a vítima potencial acha que o mentiroso está provavelmente dizendo a verdade [...] para ser útil, a mentira inter-Estados deve ser feita de forma seletiva e cuidadosa” (MEARSHEIMER, 2012: 51). Quando a mentira não sai pela culatra, as vantagens são obtidas sem que ajam atritos, ou descrédito, entre os atores. O realismo ofensivo, não é “ofensivo” por desejar o conflito, mas por demonstrar no ataque, mesmo que pacífico, isto é, mesmo que não seja materializado na guerra, oportunidades para que um Estado prevaleça, elevando seu poder às custas de outros. “Claro, o engano, novamente, como a violência pode ser usado também em auto-defesa, mesmo para pura sobrevivência” (BOK, 1999: 19, TL).

Na utilização da mentira entre os Estados, existe um jogo de manipulação que permite tornar as relações mais tensas ou mais brandas entre os atores, daí a mentira ser utilizada também como arma de defesa e não apenas de ataque. Através da elaboração do engano, a partir de informações falsas bem arranjadas, de modo a minimizar as chances de contestação, a mentira dá a oportunidade de um Estado fazer com que os seus rivais, ou mesmo seus aliados, façam exatamente o que o mentiroso deseja. O que seria mais útil, diante da lógica do realismo ofensivo e para o cumprimento do desejo do Estado, senão o controle sobre parte relevante das ações e das escolhas de seus rivais ou dos demais atores? Acerca da estratégia de manipulação conferida pelo engano, Sissela Bok afirma:

O grau de incerteza na forma como olhamos para as nossas escolhas pode ser manipulado através do engano. O engano pode fazer uma situação falsamente incerta, bem como falsamente certa. Pode afetar os objetivos vistos, as alternativas cridas possíveis, as estimativas feitas de riscos e benefícios. Tal manipulação da dimensão da certeza é uma das principais maneiras de ganhar poder sobre as escolhas das pessoas enganadas. E assim como o engano pode iniciar ações a uma pessoa, que de outra maneira nunca as teria escolhido, pode impedir a ação, obscurecendo a necessidade para a escolha. Esta é a essência da camuflagem e do disfarce, a criação de aparente normalidade para evitar suspeitas (BOK, 1999: 21, TL).

A lógica do realismo ofensivo prevê que os Estados são interessados em fazer cálculos sobre o poder e sobre as capacidades relativas de todos os atores no sistema internacional. Por semelhante modo, a instrumentalização da mentira na política internacional também se

relaciona aos cálculos do poder, mas o faz de um modo peculiar ao comportamento do engano. Para fazer uso da mentira, o Estado que arquiteta o engano precisa fazer estimativas precisas acerca de seus efeitos, avaliando os possíveis resultados decorrentes de sucesso ou fracasso da empreitada. A mentira estratégica fracassa se é descoberta antes de atender aos propósitos de quem a formulou. Sendo assim, para a utilização da mentira como arma de poder, o Estado promulgador precisa saber manipulá-la com preocupação, fazendo amplas estimativas da repercussão que seu comportamento pode ter, inclusive acerca do prejuízo que se lhe pode incorrer.

Finalmente, para a devida compreensão de como a mentira pode ser instrumentalizada na política internacional, bem como das razões pelas quais ocorre este fenômeno, é preciso materializar as constatações teóricas na ilustração de um caso histórico específico. Portanto, o próximo capítulo examinará como a mentira pode ser legitimada na guerra, tanto para o público interno quanto para o externo.

O caso que servirá como exemplo de instrumentalização da mentira refere-se à guerra do Iraque em 2003. Para a sua análise serão levantadas produções acadêmicas, bem como inseridos alguns registros midiáticos informativos e complementares ao conteúdo. O governo norte-americano será contemplado em uma de suas mentiras mais notáveis e, talvez, mais bem sucedidas: a suposta guerra ao terror no Iraque em 2003. Se levará em consideração os impactos da mentira sobre o próprio governo em questão, bem como os desdobramentos que se refletiram no sistema internacional de um modo geral. Nesse sentido, a mentira que pode ser vista como a “válvula de escape salvadora” ou “tiro no próprio pé” dos líderes e governos, no meio nacional e internacional, será novamente o objeto central de estudo. Será pensada sob o ângulo político e com o objetivo de fornecer as verdadeiras causas de seu uso, as quais estão para além do que se pode perceber nos discursos que a conceberam.

3. A MENTIRA COMO ESTRATÉGIA DE GUERRA POLÍTICA: INVASÃO DO IRAQUE EM 2003

A invasão do Iraque foi uma guerra de escolha, promovida pelos Estados Unidos da América durante o governo de George W. Bush, com o propósito exclusivo de atender aos interesses relativos à nação norte-americana. Nesse sentido, a instrumentalização da mentira política internacional se adequa “como uma luva” ao caso, haja vista que o engano foi um recurso importantíssimo, pois viabilizou a validação do conflito, como uma extensão da busca desenfreada dos Estados Unidos pela maximização de seu poder relativo. Desse modo, a teoria do realismo ofensivo explica a ação estratégica, presente no uso da mentira política, como recurso imprescindível do governo norte-americano para empreender uma ação ofensiva bélica.

Com o ataque às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001, foi iniciada a chamada “guerra ao terror”¹⁹, liderada pelos Estados Unidos e difundida em todo o mundo. O terrorismo propagado pelos holofotes americanos foi provavelmente a maior mentira eficazmente contada no mundo ocidental de que se tem registro até então, dada a expressiva repercussão que assumiu ao longo de quase um decênio de guerra. Com a difusão do medo, o governo norte-americano conseguiu de fato legitimar suas ações hostis contra determinados países orientais, fazendo uso do discurso heroico em prol da reestabilização da segurança internacional, tida, como profundamente abalada por grupos terroristas vinculados à países “maus” e descumpridores dos estimáveis preceitos liberais.

Segundo Mearsheimer (2012), a estratégia incutida nas mentiras que envolveram a guerra do Iraque em 2003 consistiu no esforço da cúpula mais restrita do governo norte-americano para convencer a sua própria população acerca do exagero da ameaça representada pelo líder iraquiano, Saddam Hussein. Para isso, os Estados Unidos associaram e culpabilizaram o Iraque, pelos atentados do 11 de setembro, forjando a ideia de que a única forma de garantir a segurança nacional seria a empreitada na erradicação do terrorismo internacional. Além disso, para acentuar ainda mais a seriedade do terror, sob o qual a nação norte-americana se encontrava, a acusação de que o Iraque possuía armas de destruição em massa (ADM's) apontava para um perigo maior: a possibilidade de que o Iraque se dispusesse a desenvolver uma forma de terrorismo nuclear.

¹⁹ O Termo original *War on terror* foi cunhado pelo presidente George W. Bush em seu discurso histórico realizado no dia 20 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wpsrv/nation/special/s/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html>. Acesso em 29 mai de 2015.

Os argumentos enganosos foram tão bem entranhados no pensamento dos cidadãos norte-americanos que questionar a necessidade da guerra parecia ser uma atitude completamente idiota e antipatriota (MEARSHEIMER, 2012: 19). A mentira, nas palavras de Mearsheimer, “é parte integrante das relações internacionais” (MEARSHEIMER, 2012: 24), tal afirmação se emprega ainda mais categoricamente nas relações estabelecidas pelos Estados Unidos com outros Estados, alvos de seus particulares interesses políticos. Os registros históricos apontam a comprovação de pelo menos setenta anos²⁰ de utilização da mentira na estratégia política dos Estados Unidos, sendo a difusão do medo o subterfúgio peculiarmente recorrido por presidentes norte-americanos e seus assessores de governo ao longo desse período.

Na verdade, a postura norte-americana não surpreendeu o realismo ofensivo, pois a teoria, não apenas prevê como também fundamenta o comportamento estrategicamente hostil dessa grande potência. Ao considerar a si mesmo como detentor da “responsabilidade moral e estratégica de não apenas policiar o mundo inteiro, mas também de tentar moldar a política de países específicos” (MEARSHEIMER, 2012: 138), os Estados Unidos apenas encobrem seus reais motivos propulsores da campanha do medo. O Estado não está preocupado em fazer ingerências em políticas alheias a sua esfera de ação porque se consideram responsáveis morais pela estabilidade e paz internacional, mas porque se importam com a balança de poder e como as alterações de equilíbrio poderão afetar a sua própria segurança. Como Mearsheimer (2012) esclarece, os Estados enxergam a si mesmos e aos demais atores sob a perspectiva realista, porém se utilizam de discursos liberais, pois precisam legitimar suas ações. Embora o poder seja a questão central nas medidas políticas adotadas, a opinião pública e boa fama internacional são variáveis que os atores não deixam de considerar.

Acerca da retórica liberal associada ao uso de engano para dar margem ao comportamento dissimuladamente ofensivo-realista dos Estados, é importante avaliar a controvérsia existente acerca do próprio fenômeno do terrorismo. Chomsky tece uma crítica ferrenha acerca da liderança estadunidense sobre a guerra contra o terror, alegando que os Estados Unidos não apenas praticam o terrorismo internacional, como também é o único Estado do mundo condenado pelo Tribunal de Justiça Internacional por este fato. “E o princípio é que, quando alguém pratica o terrorismo contra nós ou contra nossos aliados, isso é terrorismo, mas, quando nós ou nossos aliados o praticamos contra outros, talvez um

²⁰ Segundo Mearsheimer (2012), o presidente Franklin D. Roosevelt mentiu acerca do incidente do *UssGreer* em 1941; o presidente Lyndon Johnson, em 1964, mentiu a respeito do incidente do Golfo de Tonquim em 1964 e o Presidente George Bush mentiu a respeito da guerra do Iraque em 2003.

terrorismo muito pior, isso não é terrorismo, é antiterrorismo ou guerra justa” (CHOMSKY, 2005: 78).

Exatamente nesse ponto de controvérsia as mentiras estratégicas são inseridas, e surgem no jogo político a fim de viabilizar as ações hostis dos Estados, camuflando seus reais intentos. Desse modo, os Estados podem agir ofensivamente sem com isso dar espaço para a retaliação, ou contra-ataque externo, que seria adjacente a uma ação ofensiva deliberada sem o uso de engano. Tal foi a estratégia utilizada pelo governo norte americano. A guerra do Iraque teve início em março de 2003, no entanto, a preparação para o ataque foi desenvolvida com muita antecedência, havendo uma completa harmonia entre o presidente norte americano e seus assessores de governo acerca das mentiras contadas à opinião pública. O objetivo era claro: era necessário que os cidadãos desenvolvessem um genuíno sentimento nacional de plena concordância ao ataque para consecução dos interesses políticos.

A mentira estratégica entre Estados pode ser plenamente utilizada para legitimar a guerra. Se assemelha a mesma concepção de guerra de Clausewitz (1976): a guerra como estratégia estatal para a condução de interesses políticos relativos a razão de Estado. Uma guerra somente pode ser considerada como legítima se esta servir a propósitos maiores que o conflito em si, o qual, embora seja o último recurso, continua sendo o pensamento primordial àqueles que permanecem em função da ameaça ininterrupta e iminente do cenário internacional. Estados preocupam-se com a antecipação do conflito, mesmo que estejam em tempos de relativa tranquilidade, desenvolvem a mesma tarefa prescrita aos soldados, por Lind (1989). “A principal tarefa do soldado em tempo de paz é preparar efetivamente para a próxima guerra. A fim de fazer isso, ele deve antecipar o que a próxima guerra pode vir a ser. Esta é uma tarefa difícil, que fica continuamente mais difícil” (LIND, 1989: 22, TL). Por semelhante modo, os Estados Unidos preocuparam-se em antecipar a ameaça do Iraque, com a utilização da difusão do medo, para a promoção da guerra de escolha.

Logo após o Discurso do Estado da União, Bush deu seu discurso do ponto ocidental que desenvolveu o tema de antecipar futuras ameaças à segurança dos Estados Unidos. Isto veio em um momento de muita discussão em Washington sobre a necessidade de lidar com o regime de Saddam Hussein no Iraque (RITCHIE e ROGERS, 2007: 1, TL).

Embora o conceito de guerra seja amplamente debatido e questionado pelos estudiosos de segurança internacional, o realismo continua a concebendo como um resultado de intenções políticas. Os Estados são conduzidos pela racionalidade dos cálculos de poder a desenvolverem guerras que lhes tragam benefícios maiores que a permanência no estado de paz adjacente do equilíbrio de poder. Portanto, se compreende que a guerra do Iraque

permanece na mesma lógica de guerra política descrita por Clausewitz e endossada por Aron (2002), a guerra é um meio para a obtenção de recursos estratégicos que asseguram a sobrevivência. Por esta razão, pode-se afirmar que os atores internacionais continuarão fazendo guerra contra outros, quando lhes for propício fazer, sem desprezar a estimativa de custo-benefício que se lhes possa incorrer.

Tudo indica que doravante a condução das guerras será ainda mais política do que no passado. Não se pensa mais em dar aos comandantes militares uma autonomia completa para ganhar a guerra, sem que importe, ou a que preço. A própria noção de "ganhar a guerra" provavelmente não é a mesma, e a questão do custo, que sempre existiu, tornou-se hoje decisiva: de que vale destruir o meu inimigo se ele me pode também destruir simultaneamente? (ARON, 2002: 93-94).

Os cálculos do uso da mentira, embora se assemelhem, não se confundem com os cálculos dos custos da guerra. Na verdade, existe uma relação próxima entre os cálculos de poder, os cálculos dos custos da guerra e os cálculos do uso da mentira: ambos se relacionam sinfonicamente para a orquestração da ação ofensiva de Estados poderosos. De tal modo procedeu os Estados Unidos, considerando a ameaça representada por Saddam Hussein, bem como os riscos de promover uma guerra de escolha, mesmo que camuflada na ideologia liberal, e ainda, as possíveis desvantagens de enganar a população interméstica²¹ do sistema internacional.

O terrorismo que foi lançado pelos norte-americanos como argumento fundante para a ofensiva da guerra, também pode ser sugerido em si como um tipo de guerra²². Embora, Lind (1989) não o classifique diretamente como tal, o terrorismo pode ser considerado como uma manifestação simbólica do que possa vir a ser as guerras de quarta geração, nas quais não existe delimitação precisa de campo de batalha, nem a clara distinção entre civis e soldados, nem ainda uma razão de Estado para a legitimação do conflito, conforme os padrões delimitados por Clausewitz. Como ocorrido no 11 de setembro, o campo de batalha foi a cidade, os soldados foram os civis, e a lógica do ataque foi baseada por razões ilegítimas, ou seja, distintas da razão de Estado.

²¹ O termo "Interméstico" foi estabelecido por Manning em 1977 e se refere concomitantemente às populações domésticas e internacionais.

²² Para Míngst, o terrorismo é "um tipo particular de guerra assimétrica que está se tornando cada vez mais uma grande ameaça à segurança internacional [...] envolve quatro elementos principais: 1) premeditação, a decisão tomada por um perpetrador de cometer um ato para instilar terror ou medo em outros; 2) motivação ou uma causa, seja política, religiosa ou econômica; 3) alvos, normalmente não-combatentes, como figuras políticas, burocratas ou civis inocentes; 4) segredo, quando perpetradores pertencem a grupos clandestinos ou são patrocinados secretamente por Estados" (MINGST, 2009: 212).

3.1. SÍNTESE DA INVASÃO

É possível considerar que a guerra do Iraque fazia parte do planejamento de governo norte-americano desde que o Estado decidiu mudar a política adotada para fazer frente ao regime iraquiano, tido desde a guerra do Golfo²³, como uma ameaça aos interesses estadunidenses. Segundo Ritchie e Rogers, a administração de Clinton fora fortemente criticada em vista da constatação de que a política de contenção empregada ao Iraque estava falhando, levando a conclusão de que “a mudança de regime era a única solução realista para o problema do regime de Saddam Hussein e sua ambição em desenvolver e implantar as ADMs” (RITCHIE e ROGERS, 2006: 1, TL).

Antes mesmo do 11 de setembro, o governo Bush já havia começado a rever o modo político pelo qual se relacionava com o Iraque, optando para uma postura deliberadamente ofensiva. No entanto, com os ataques do 11 de setembro, os Estados Unidos encontraram o ensejo necessário para utilizar como o estopim do redirecionamento político que colocava a mudança de regime iraquiano como a prioridade estratégica da nação. Nessa ocasião a estratégia estava traçada: o Iraque seria o personagem chave da maior mentira norte-americana dos tempos atuais, e a difusão do medo, materializada na guerra contra o terror, abriria espaço para a legitimação da guerra política norte-americana. A esse respeito, é válido acrescentar:

Logo após os ataques de 9/11, a mudança de regime no Iraque tornou-se uma prioridade estratégica para a administração, após a destruição da infraestrutura Al-Qaeda no Afeganistão e a eliminação de seu hospedeiro Taliban [...] isto levou à construção de um paradigma de segurança pós-9/11 que colocava o Iraque no centro da guerra global contra o terror (RITCHIE e ROGERS, 2007: 2, TL).

Conferir ao Iraque a associação com a Al-Qaeda, como também com o regime Talibã, considerado como o sustentador desse movimento terrorista, foi peça-chave para os intentos norte-americanos de conflito. Com isso, os Estados Unidos conferia ao Iraque o status de parte integrante do “eixo do mal”, composto pelos Estados párias²⁴, os quais patrocinaram os

²³ Anteriormente à guerra em 2003, os Estados Unidos haviam se envolvido em um conflito armado contra o Iraque em 1991, a guerra do Golfo. O conflito ocorreu em vista de haver o Iraque invadido o território do Kuwait, com a finalidade potencializar seu domínio no Golfo Pérsico, que detinha dois terços das reservas de petróleo do mundo. A ameaça representada pelo Iraque aos interesses estadunidenses se constitui no fato de que “Saddam já possuía o quarto maior exército do planeta em números de soldados. Agora o país seria também uma super potência petrolífera [...] o Iraque poderia projetar seu poder influência muito além do Golfo Pérsico [...] poderia reescrever os cálculos da política mundial” (YERGIN, 2014: 18).

²⁴ O termo tornou-se parte do vocabulário oficial utilizado na administração de Clinton, “para designar tanto uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, como um fator desestabilizador da ordem mundial”

ataques terroristas e representavam “o maior perigo a ser considerado porque vinha daqueles que estavam desenvolvendo ADM’s, sendo os três membros-chave do eixo, a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque” (RITCHIE e ROGERS, 2007: 1, TL).

Desse modo, a guerra contra o terror possuía alvos claros e específicos: países com formas ditatoriais de governo e, especialmente, localizados em regiões de excepcionais reservas petrolíferas. Para analisar como a mentira estratégica internacional se inseriu no contexto da guerra do Iraque em 2003, é importante compreender quais eram os reais interesses dos Estados Unidos. Considerando que o 11 de setembro e a guerra contra o terrorismo eram a apenas um pretexto oportuno, o que de fato o governo norte-americano tinha em vista ao promover uma guerra? A resposta se relaciona diretamente aos cálculos de poder da política internacional.

Desde o período de Truman, os Estados Unidos estavam preocupados em estabelecer certo controle na região do Golfo pérsico, e as investidas do Iraque em maximizar seu poderio na região se configuravam como um empecilho aos interesses estadunidenses. Segundo, Yergin (2014), o Iraque poderia ampliar a projeção do seu poder para além do Golfo Pérsico, mediante a maximização de sua influência política na região. Fato este que se concretizaria caso o país fosse bem sucedido na invasão do Kuwait, garantido o controle das expressivas reservas petrolíferas do país. Certamente os Estados Unidos não assistiriam passivamente ao soerguimento de uma ameaça regional, a qual intentava mudar o equilíbrio de poder na região do Golfo. A resposta norte-americana, portanto, foi ofensiva e de ataque.

A mentira política internacional se relaciona diretamente com os discursos políticos e ideais democráticos da nação. Desse modo, as ofensivas de poder estadunidenses são em geral precedidas pela manipulação discursiva, embasada em princípios liberais. Nesse sentido, o ataque ao Iraque em 1991 é claro exemplo da estratégia de manipulação discursiva norte-americana. O argumento era que Saddam Hussein pretendia substituir Adolf Hitler em seus desvarios pela monopolização de recursos energéticos, que possibilitariam iniciativas ofensivas no mundo (YERGIN, 2014: 19). Todavia, Washington sempre se empenhou pelo máximo acúmulo de poder bélico e energético para si mesmo. O argumento norte-americano, continuamente controverso, pode ser percebido também na guerra ao Iraque em 2003. Ao lutar contra o terror, os Estados Unidos causaram um terrorismo muito maior que o ataque às

(DERGHOUKASSIAN, 2002: 271). Atribui o mesmo rigor de ameaça representado pelas organizações terroristas a um Estado que as apoie.

torres gêmeas²⁵. O que demonstra não ser o terrorismo o principal alvo do governo norte-americano, mas sim a preocupação do país na manutenção do equilíbrio de poder e a estabilidade política região.

O terrorismo é uma estratégia de ataque, e é simbólico, porque ao atacar um alvo, busca provocar a outro. Mas esta estratégia não deve ser apenas percebida da perspectiva do terrorista simplesmente, é necessário compreender o modo pelo qual o Estado pode converter a tragédia em uma retórica para a justificação da guerra particular. Não é sem razão que a disseminação do medo é utilizada, não se deve apressadamente crer que toda a política externa norte-americana foi mudada do dia para a noite em função de um ataque surpresa, por mais trágico que este tenha sido. “Anteriormente, poucas pessoas pensavam o terrorismo como uma séria ameaça à segurança global. Após o 11/9, de repente o terrorismo tornou-se a peça central de segurança nacional da estratégia dos EUA, e uma prioridade mundial” (CRENSHAW, 2008: 67, TL). Tal ênfase não é sem intenção, há um cálculo de poder por trás de cada iniciativa política, porque o Estado é um ator racional. Sendo assim, seria mais provável pensar que os meios é que foram rapidamente mudados, mas a política norte-americana sobre o Iraque continuava a mesma.

A guerra do Iraque em 2003 se estendeu por cerca de um decênio²⁶, e a ênfase terrorista norte-americana não encontrou comprovações verídicas sobre as quais se apoiar. Não havia armas nucleares, não havia associação à Al-Qaeda e Osama Bin Laden, não havia razões, além da defesa estratégica no equilíbrio de poder, pelas quais atacar o Iraque (MEARSHEIMER, 2012: 77-79).

3.2. A DIFUSÃO DO MEDO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA DE *OFFSHORE BALANCER*²⁷

Dentre todas as mentiras estratégicas interestatais, apontadas Mearsheimer (2012), a difusão do medo é notoriamente a mais adequada acerca do comportamento dos Estados Unidos durante a guerra do Iraque em 2003. Embora outras formas de mentira e engano

²⁵ Acerca dos controversos argumentos de segurança internacional, Zacaria ressalta: enquanto os Estados Unidos vão ao redor do mundo afirmando que países detentores de algumas ogivas nucleares são perigosos, eles mesmos detêm significativo arsenal ilegal de armas nucleares próprias (ZACARIA, 2008: 158-159, TL).

²⁶ Formalmente, o término da guerra do Iraque foi anunciado por Barack Obama em um discurso proferido em 21 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.cbsnews.com/news/obama-announces-end-of-iraq-war-troops-to-return-home-by-year-end/>>. Acesso em 29 mai de 2015.

²⁷ Mearsheimer (2001) define “*offshore balancer*” como uma grande potência que exerce hegemonia em determinada região do globo e que dispõe como uma formidável barreira defensiva as águas oceânicas.

possam ser analisadas em vários registros disponíveis em entrevistas e discursos do governo norte americano, bem como em toda a repercussão que a invasão do Iraque gerou entre os estudiosos e especialistas políticos, há razões que podem ser elencadas para a clara explicação da escolha da difusão do medo.

Segundo Mearsheimer (2012), de fato, os Estados Unidos acreditavam que Saddam Hussein representava uma ameaça perigosa. Além disso, o governo norte americano estava ciente de que sua população não apoiaria um ataque contra o Iraque, se proposto pelos reais motivos, desvinculados de um estratagema minuciosamente arquitetado. Outra variável relevante à necessidade do uso da mentira para a guerra era o fato de que os militares e a comunidade de inteligência dos Estados Unidos também não compravam a ideia de conflito necessário. Desse modo, a difusão do medo para a guerra do Iraque tomou proporções que ultrapassavam amplamente o limiar da população civil, enganando também as personalidades políticas mais sérias e relevantes da nação, bem como de parte significativa das nações do hemisfério ocidental.

A guerra contra o terror, sustentada na mentira estratégica da difusão do medo, envolveu todos os tipos principais tipos de engano desenvolvidos por Mearsheimer (2012). Os líderes americanos torceram, omitiram e mentiram irremediavelmente para convencer a população doméstica de que a ameaça era indivisivelmente maior do que se demonstrava ser (MEARSHEIMER, 2012: 75-76). Nisso consiste, justamente, a difusão do medo, em exacerbar a aparência da ameaça, infundindo o terror no interior da nação a ponto de que o povo não apenas apoie, como também se empenhe “até que os agentes terroristas do mal” sejam eliminados e “a paz de um mundo democrático liberal” seja reestabelecida entre as nações.

Evidentemente o realismo ofensivo refuta inteiramente a toda essa retórica liberal democrática. Ao contrário do que prega o liberalismo político, a teoria realista ofensiva consegue ver ainda mais vigor hostil para nações democráticas, mesmo que todos os Estados se comportem sob a mesma lógica condicionada pela anarquia do sistema internacional. O diferencial das democracias, no entanto, consiste no fato de que estas, em geral, a fim de assegurar seus próprios interesses, precisam ser mais sórdidas que outras formas de governo no uso da mentira, pois a democracia está imbuída na concepção de justiça e direito internacional. Dessa forma, para garantir sua própria sobrevivência, a democracia não apenas fará o que puder, como inclusive enganar, matar e explorar outras nações. O governo democrático também precisará encontrar subterfúgios para legitimar suas ações: tornando inocentes culpáveis e culpados heróis-absolvidos.

É difícil imaginar um líder político moderno pedindo abertamente ao público para lutar e morrer para melhorar o equilíbrio de poder. Nenhum líder europeu ou americano fez isso durante qualquer Guerra Mundial ou a Guerra Fria. A maioria das pessoas prefere pensar em brigas entre seus próprios estados estaduais e rivais como confrontos entre o bem e o mal, onde eles estão do lado dos anjos e seus oponentes estão alinhados com o diabo. Assim, os líderes tendem a retratar a guerra como uma cruzada moral ou uma competição ideológica, e não como uma luta pelo poder (MEARSHEIMER, 2001: 40, TL).

Acerca do comportamento fraudulento da nação norte-americana, é importante destacar que o realismo ofensivo confere uma categoria específica para esta nação: *offshore balancers*. Em outras palavras, os Estados Unidos são uma hegemonia regional que atua de modo direto no equilíbrio de poder do sistema internacional, tendo ainda a vantagem estratégica de ter sua localização geográfica favorecida pela imponente barreira defensiva das águas oceânicas. Segundo Mearsheimer, *offshore balancers* são Estados particularmente mais propensos a utilização da difusão do medo, pois a grande massa de águas que os circundam como uma barreira defensiva, aumenta a necessidade de os governantes persuadirem sua própria população acerca da ameaça que determinado inimigo possa representar para enfim motivar o ataque (MEARSHEIMER, 2012: 90). Toda essa caracterização do poderio norte-americano aponta para um fato indiscutível: os Estados Unidos estavam decididos a seguir em direção a obtenção de seus interesses particulares através da invasão do Iraque, a difusão do medo é prova disso.

Assim, considerando a poder relativo dos Estados Unidos, bem como a postura política que decide assumir para a maximização de suas capacidades, cabe a reflexão acerca do porquê a difusão do medo era tão indispensável à consecução desses planos políticos e como essa mentira estratégica fora utilizada no contexto da guerra contra o Iraque em 2003. Como já fora explicitado no primeiro capítulo, Estados optam pela difusão do medo, como mentira estratégica política, quando compreendem que estão a enfrentar uma ameaça que sua população não avaliará nas devidas proporções. Segundo Mearsheimer, o governo do Estado chega à conclusão de que a única forma de garantir a manutenção da segurança estatal e o benefício da população é “enganando-a para o seu próprio bem” (MEARSHEIMER, 2012: 82). O realismo ofensivo explica que os interesses relativos à segurança estatal são primordiais para a sobrevivência no sistema internacional. Portanto, Estados não tolerarão a avaliação branda da ameaça, mas se empenharão na utilização dos recursos que dispuserem inclusive a implantação do medo no pensamento de sua própria população, se isso lhe conferir a possibilidade de defesa.

Assim, o modo pelo qual a difusão do medo ocorre é a potencialização da ameaça. Líderes precisam se desdobrar para infundir o terror no cerne da nação a fim de tornar a opinião pública maleável aos intentos do Estado. Embora seja um “comportamento de cima para baixo”, este tipo de mentira é uma importante estratégia política para países democráticos, nos quais a legitimação das ações políticas é requerida pelo povo. Ainda que centralize o poder de decisão nas mãos da administração política, visa o benefício coletivo. Por esta razão a difusão do medo é considerada como estratégica, no sentido de apresentar um mínimo de legitimidade, baseada na razão de Estado (MEARSHEIMER, 2012: 82-83).

Como já fora dito, os registros históricos demonstram a importância estratégica política da difusão do medo para os Estados Unidos. O país tem se empenhado por legitimar suas investidas ofensivas em outros países, e encontra no exagero da ameaça o veículo para a concretização de políticas contrárias aos princípios de justiça e civilidade internacional que defendem. A imprensa é uma variável que não deve ser desprezada em qualquer avaliação acerca da utilização da difusão do medo. Após os primeiros anos do conflito no Iraque em 2003, se tornou cada vez mais claro que “o terrorismo é um foco contínuo para a mídia dos EUA” (SAID, 2001: 1, TL). Os avanços tecnológicos da comunicação somente otimizam o tempo para que o alarde da ameaça seja disseminado com mais força e credibilidade. Na difusão do medo, necessariamente, o Estado manipulará a informação. Por isso, a despeito dos argumentos de ser a imprensa comprada ou não pelo governo, ela também será abarcada e utilizada para o engano.

Durante a guerra do Iraque em 2003, a mentira estratégica na categorização da difusão do medo se desdobrou em várias manifestações de engano. Discursos, entrevistas e pronunciamentos do governo, realizados no decorrer do curso do conflito, demonstram o grande esforço conjuntural na campanha política de persuasão enganosa. Apesar do surgimento posterior de várias denúncias referentes às mentiras norte-americanas acerca da guerra, Mearsheimer (2012) aponta quatro mentiras que deram certo, à medida que foram capazes de legitimar a escalada do conflito:

- 1- Personalidades diretamente ligadas ao governo mentiram sobre ter a completa certeza de que o Iraque possuía armas de destruição em massa;
- 2- Mentiram sobre as concretas evidências de que Saddam Hussein mantinha relação direta com Osama Bin Laden;
- 3- Mentiram em diversas ocasiões sobre a responsabilização de Saddam sobre os ataques do 11 de setembro;
- 4- A administração Bush alegava a disposição para a diplomacia na resolução pacífica das controvérsias, quando já havia decidido invadir o Iraque.²⁸

²⁸ Ver: *Lie by Lie: A Timeline of How We Got Into Iraq*. Disponível em: <<http://www.motherjones.com/politics/2>>

Todas essas mentiras podem ser consideradas bem-sucedidas porque elas conseguiram atender o objetivo central de sua utilização no momento em que foram empregadas. Os Estados Unidos obtiveram o apoio populacional para invadir o Iraque e estabeleceram o paradigma de segurança internacional que fortalecia o comportamento que o Estado já vinha desenvolvendo ao longo dos anos, o papel de “polícia do mundo”²⁹. Contudo, tais mentiras são, uma a uma, refutáveis, e se tornaram claramente descobertas quando já se podia considerar a estratégia norte-americana havia prosperado naquilo que tentou. Segundo, Mearsheimer, os integrantes do alto escalão da Al-Qaeda, detidos logo após o 11 de setembro, disseram em interrogatórios individuais que não existia qualquer ligação entre Iraque e Al-Qaeda. Além disso, os inspetores da ONU não puderam encontrar qualquer vestígio de armas nucleares entre novembro de 2002 e março de 2003, mesmo tendo acesso ilimitado a todo território do Iraque (MEARSHEIMER, 2012: 76 -77).

Mesmo que nunca tenha afirmado de modo direto, em vários pronunciamentos o governo norte-americano induziu a população a acreditar no envolvimento de Saddam Hussein nos atentados do 11 de setembro, embora não haja qualquer evidência deste fato (MEARSHEIMER, 2012: 79). E como se não fora suficiente fazer metade da população vir a crer que em todas as mentiras anteriormente citadas, o governo se empenhou em demonstrar total interesse na diplomacia pacífica e na resolução das controvérsias a através do diálogo político, quando a determinação da invasão do Iraque já havia sido deliberada. Mearsheimer explica que desde meados de 2002 a guerra já havia sido determinada, a atitude de levar o caso à ONU, em setembro do mesmo ano, “foi planejada para oferecer cobertura para o conflito, não para evita-lo” (MEARSHEIMER, 2012: 81).

Todos esses os esforços, descritos acerca dos Estados Unidos, em mentir para o seu próprio povo e até mesmo para outras nações desembocando em um conflito que matou tantos inocentes iraquianos, ainda não são suficientes para implicar na constatação de que o emprego da mentira política seja uma medida sórdida de governo. Como já fora dito, existem princípios morais relativos a coletividade estatal que estão acima de que se comumente atribui como corretamente aplicável nas relações sociais, a lógica do realismo ofensivo explica que a segurança de um Estado necessariamente implicará no prejuízo dos demais, Assim, para analisar as relações de poder desenvolvidas no âmbito político estatal é preciso enxergar além da ótica liberal predominante, para então compreender que os Estados estão sob a mesma

011/12/leadup-iraq-war-timeline>. Acesso em: 29 mai de 2015.

²⁹ Mearsheimer (2012)

lógica da anarquia internacional e comportam-se conforme suas capacidades de maximização de poder relativo.

3.3. A BELICOSIDADE DA MENTIRA ESTRATÉGICA

A mentira estratégica é uma forma de viabilização política para os intentos estatais, e pode ser utilizada de várias formas, embora não seja recorrente ou de praxe nas relações interestatais. Com a guerra do Iraque em 2003, promovida sob a legitimação de uma mentira estratégica, é possível conceber que esta é uma ferramenta não apenas de poder político presente em manipulações diplomáticas, mas também em manifestação de poder bélico de guerra e de ataque direto. Não se deve pensar a mentira política, sem considerar as multiformes possibilidades de ação ofensiva que possa assumir. Isto seria incorrer na limitação teórica do realismo defensivo, que concebe que equilibrar para defender é a melhor forma de preservar a sobrevivência do Estado, desprezando a vantagem maior que o ataque pode assumir em determinadas situações. Nisto o realismo ofensivo se apresenta “lançando luz³⁰” ao comportamento estatal na busca pela maximização do poder: as ações dos Estados Unidos acerca do Iraque foram racionais e dotadas lógica estratégica.

Uma das principais mentiras contadas acerca da guerra foi a notável ênfase dos personagens-chave do governo Bush de que a invasão do Iraque em 2003 era necessária e não uma guerra de escolha. Afinal de contas, se o terrorismo ameaça a sobrevivência do Estado, o governo não tem outra alternativa senão atacar para defender. Alguém poderia ser levado a crer que ataques terroristas conferem inclusive o caráter de “guerra justa³¹”. Pois, que legitimidade maior poderia haver para o conflito que a morte de mais três mil civis, decorrentes do ataque ao centro financeiro, como também ao quartel general das forças armadas do Estado³², com perdas econômicas em torno de 33 bilhões de dólares?³³ Se existe

³⁰ Mearsheimer (2001).

³¹ De acordo com Mingst, em concordância a tradição da guerra justa teorizada por políticos normativos como Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Hugo Grotius e Michael Waltzer, para que uma guerra seja considerada como justa: “é preciso haver uma causa justa (autodefesa ou defesa contra outros, ou uma violação maciça dos direitos humanos) e uma declaração de intenção por uma autoridade competente (cujo significado, desde a formação das Nações Unidas, é interpretado como Conselho de Segurança). É preciso que os líderes tenham intenções corretas, desejem dar um fim a abusos e estabelecer uma paz justa, e já tenham esgotado as outras possibilidades para dar um fim às violações e estejam apelam para a guerra como o último recurso (MINGST, 2009: 216).

³² Rogers (2008).

³³ Ver mais em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI68356-EI789,00-Atentados+de+causaram+prejuizo+de+US+bilhoes.html>>. Acesso em: 02, jun de 2015.

um culpado, este deve pagar. “Não ter outra escolha” é retórica fundamentalmente realista, porque a sobrevivência é valor primordial ao Estado.

A base da legitimidade da guerra, tida, como não de escolha, era o elemento nuclear que se argumentava ser posse de terroristas. Os defensores da guerra afirmavam alicerçar suas afirmações em “fortes evidências” com o propósito de convencer os norte-americanos de que invadir o Iraque era essencial para desarmar o Iraque e depor Saddam (MEARSHEIMER, 2012: 19). O realismo ofensivo concebe a necessidade de que um Estado esteja em contínua avaliação de seu poder em relação aos demais, buscando continuamente maximizar suas capacidades para garantir que estará seguro na anarquia internacional. Então, se de fato os argumentos levantados pela administração estadunidense fossem verídicos haveria motivos reais para atacar em defesa do Estado. Mas tendo em vista que os Estados Unidos mentiam com a difusão do medo, se pode perceber que havia outros motivos para o ataque. Mesmo os motivos ocultados pelo engano da mentira internacional recebem o respaldo da teoria realista ofensiva, porque atacar quando se tem capacidade para tal, com a finalidade de maximizar potencial também é característica do Estado, como forma de resguardar seu posicionamento seguro no equilíbrio de poder.

Embora Ritchie e Rogers (2007) neguem tentar provar a inevitabilidade do conflito ou a consideração de que todo o conjunto de fatos antecedentes levaria à guerra previsível contra o terror, consideram também, que o desenrolar dos fatos possibilita o argumento de que houve manipulação estratégica estadunidense, tal como Mearsheimer (2012) assevera. Os registros históricos permitem, através da retrospectiva, argumentar que as intenções de um governo em “tempo A” desembocariam em determinadas ações em “tempo B” (RITCHIE e ROGERS, 2007: 2, TL). Não obstante, os Estados Unidos sabiam o que queriam: substituir a política de contenção por uma postura rigidamente ofensiva, aproveitando o choque causado pelo 11 de setembro, para realizar o conflito que viabilizaria o acesso às reservas energéticas da região na qual o Iraque se insere.

A derrocada do regime iraquiano, liderado por Saddam Hussein era parte desse processo estratégico norte-americano, que se objetivava desde o final da administração de Clinton. Segundo Rogers (2008), a administração Bush, desde meados de 2001 passava a perseguir a visão de “novo século Americano”, no qual “posturas unilaterais sobre determinadas questões-chave estavam sendo desenvolvidas e parecia por cada perspectiva que a comunidade internacional viria a aceitar a liderança americana como sendo essencial para segurança internacional” (ROGERS, 2008: 173, TL). Desse modo, os Estados Unidos se comportavam como o guardião da segurança internacional, pois a retórica do terrorismo,

como parte da mentira estratégica de ataque norte-americana, transbordou ao hemisférico ocidental de um modo geral. A potencialização da ameaça não se deteve ao público interno do Estado, a guerra contra o Iraque em 2003 prefigurava uma guerra contra o terror civilizacional: “oriente do mal sendo combatido pelo ocidente liberal-heroico”.

Mearsheimer (2012) leva em consideração a possibilidade de que também Saddam Hussein tenha tentado utilizar a difusão do medo a fim obter favorecimento estratégico. Ao afirmar que o Iraque possuía armas nucleares, Saddam buscava inibir ataques inimigos, no entanto, os Estados Unidos fizeram dessa ocasião o ensejo para um primeiro ataque. Contudo, não há registros oficiais de que o líder iraquiano de fato tenha se expressado acerca da posse de ADMs. (MEARSHEIMER, 2012: 9). Se realmente Saddam houvesse mentido, a mentira dos Estados Unidos teria sido melhor contada. Diante dessas indagações surge o espaço para o questionamento: seria o blefe de Saddam mais uma mentira dos EUA ou de fato ele também tentou utilizar a difusão de medo, mas sofreu prejuízo? (MEARSHEIMER, 2012: 21). A partir desta indagação, seria também possível inferir que as mentiras políticas estratégicas são armas mais eficazes nas mãos de Estados mais fortes. Embora a análise dessa consideração se estenda para além dos limites fixados para o presente trabalho, é possível pensar a mesma lógica presente no realismo ofensivo, para explicar a melhor projeção de Estados mais forte no sistema internacional, como também presente na instrumentalização da mentira. O maior poder apresenta maiores facilidades para a persuasão política mediante o engano.

Os Estados Unidos se portam conforme o poder cumulativo adquirido enquanto “único Estado a ter conquistado hegemonia regional nos tempos modernos” (MEARSHEIMER, 2001: 229, TL). Suas ações são baseadas nesta constatação, já o excepcionalíssimo americano é mais uma mentira estratégica a compor a retórica de seu discurso político. Segundo o realismo ofensivo, se portar de modo inferior as capacidades adquiridas é uma atitude antiestratégica para os atores de um sistema anárquico, pois a melhor garantia de segurança se obtém a partir da maximização do poder de um Estado em relação aos demais. Seria então, incomum à teoria esperar que os Estados Unidos não se aproveitassem do poderio militar que possuem para ter acesso a reservas energéticas do Iraque e demais países orientais. Pois toda forma de vantagem em obtenção de recursos materiais pode ser canalizada para o aumento do poder relativo estatal.

No entanto, a racionalidade da ação política é parte fundamental para qualquer tomada de decisão. Ao utilizar da mentira estratégica para fazer guerra, o Estado precisa estar ciente dos possíveis custos e benefícios que se lhes possam incorrer. Acerca disso, Mearsheimer (2012) alega que, em contrapartida à utilidade estratégica do engano, existem custos e até

mesmo desvantagens na utilização de mentiras políticas internacionais. Nesse sentido, algumas mentiras podem ser mais perigosas que as outras, em vista de fatores tais como: o público ao qual se endereçam, a razão política, na qual se embasam, e as formas pelas quais se empregam. Mas, para Mearsheimer (2012), por mais desvantagens que outras mentiras possam conferir a um Estado, não se podem comparar ao estrago estratégico que as mentiras denominadas como “acobertamento estratégico” e “difusão do medo” podem provocar.

Sendo assim, é válido considerar que maximização de seu poder relativo não foi tudo o que os Estados Unidos ganharam ao utilizar a difusão do medo para a guerra contra o terror no Iraque. A mentira impetrou a legitimidade política para o conflito e os objetivos estratégicos foram alcançados até certo ponto que se possa até mesmo considerar a guerra como uma empreitada de sucesso, em relação aos interesses políticos norte-americanos que se tinha vista até então. Contudo, segundo Mearsheimer, a verdade é que a mentira estratégica dos Estados após a invasão ao Iraque foi se transformando, ao longo dos anos, em um desastre estratégico para os Estados Unidos.

Quando a guerra vai mal e a opinião pública acredita que, antes de qualquer coisa, a enganação tenha colaborado para tornar a guerra possível, as pessoas invariavelmente ficam muito interessadas em debater por que os líderes mentiram para seus próprios cidadãos e quais seriam as consequências prováveis disso (MEARSHEIMER, 2012: 15 – 16).

O uso da difusão do medo na guerra contra o Iraque em 2003 repercutiu de modo diferente do que se desejava após a conquista dos objetivos iminentes à utilização desse recurso. Nos anos posteriores à invasão, quando o conflito ia mal, ficava cada vez mais evidente que houve engano para que ocorresse o ataque (MEARSHEIMER, 2012: 127). O governo norte-americano teria muito que explicar sobre estar tão profundamente enganado quanto as alegações de absoluta comprovação que sustentavam acerca do Iraque (MEARSHEIMER, 2012: 19). Quando as armas nucleares não foram encontradas e se tornava cada vez menos provável a associação de Saddam Hussein a Osama Bin Laden, ou aos atentados do 11 de setembro, se expunha ainda mais a indisposição de Washington de resolver as controvérsias com o Iraque mediante a diplomacia que tanto enfatizava.

Mearsheimer explica que na utilização da difusão do medo existe o grande potencial de ricochete e de sair pela culatra. Em outras palavras, o uso desmedido ou malsucedido dessa mentira estratégica pode fazer com que os líderes a utilizem para propósitos internos à nação, corrompendo as estruturas democráticas com a fomentação de “uma cultura de desonestidade” (MEARSHEIMER 2012: 137). Além disso, a potencialização da ameaça “saindo pela culatra”

põe a opinião pública contra seu próprio poder político estabelecido, pois, ao descobrir que o resultado da enganação causou desastres estratégicos, a população deixa de crer na administração estatal. Os danos decorrentes da falta de unidade e coesão interna são um grande risco para os interesses do Estado, que se torna mal visto interna e externamente. Nesse sentido, nem sempre mentir é a solução para os dilemas estatais, pois por vezes a intenção de estratégia política poderá causar mais prejuízo que benefício aos atores políticos.

Para Brigham (2006), as contínuas investidas dos Estados Unidos em guerras de escolha têm ameaçado sua política externa nos anos posteriores. Tanto a guerra do Vietnã quanto a guerra do Iraque causaram tamanho estrago estratégico que podem exemplificar como os erros de uma administração estatal podem limitar a ação estratégica da administração posterior. Nesse sentido, Brigham considera que “poucas administrações têm abraçado a noção de que o mundo poderia ser refeito pelo poderio militar americano com a mesma segurança que a equipe de Bush” e que este comportamento imprudente, “com seus infinitos pontos de vista wilsonianos sobre promoção da democracia”, acabou por “algemar” o próximo presidente (BRIGHAM, 2006: 149 – 150, TL).

Outro importante aspecto a ser considerado acerca de como as mentiras estratégicas podem vir a prejudicar a própria nação que as impetrou, também se aplica a difusão do medo dos Estados Unidos em relação ao Iraque. Segundo Said (2001), as contínuas intervenções estadunidenses no Oriente Médio têm gerado a insegurança de Estados e grupos políticos da região, como também tem acentuado a hostilidade presente na sede de vingança dos grupos políticos atacados. O 11 de setembro demonstra como inocentes civis norte-americanos sofreram o dano referente ao acúmulo de anos de ingerência bélica de seu Estado nos limites do mundo islâmico de um modo geral.

O poder e a riqueza dos Estados Unidos é tal que a maioria das pessoas não têm consciência do dano que foi causado em seu nome, ou o ódio que tem sido construído contra elas todo o Oriente Médio e o mundo islâmico para nenhuma outra finalidade que para garantir o domínio contínuo dos responsáveis políticos e algumas pessoas cujos interesses estão vinculados a esta política ridícula e desumano (SAID, 2001: 3, TL).

A teoria realista ofensiva apresenta as vantagens do ataque, mas também evidencia a responsabilidade do Estado em fazer os devidos cálculos e estimativas dos custos resultantes. A respeito da própria instrumentalização da mentira na política internacional, Mearsheimer (2012), sugere, inclusive, que o Estado não deve incitar a hostilidade inimiga além da necessidade ou das devidas proporções. O Estado pode encontrar vantagem estratégica em

“mentir para minimizar as intenções hostis em relação a um Estado rival, não para facilitar um ataque, mas para evitar provocar desnecessariamente esse rival” (MEARSHEIMER, 2012: 58). Sendo assim, os Estados, mesmo que estejam sob a mesma lógica realista, não devem desconsiderar as consequências das ações ofensivas diretas, presentes na guerra. A mentira não deixa de ser uma ação ofensiva, pois um Estado só recebe vantagem se prejudicar a outro, à medida que lhe infundir o engano. No entanto, mentir pode ser uma ação ofensiva indireta, sem a necessidade de conflito.

A lógica realista ofensiva dirá que se um Estado tem a oportunidade de atacar, mediante as capacidades relativas superiores que apresenta, ele o fará. Porém não deixará de considerar a racionalidade política presente em cada ação estratégica. Cabe ao Estado fazer os devidos cálculos da antecipação do ataque e, assim, avaliar o que lhe beneficiará mais, seja atacar ou retroceder ao ataque. Tendo em vista que o ataque imediatamente bem-sucedido, mas que implicará em desvantagem estratégica posterior, não necessariamente pode ser considerado como a melhor medida política empreendida.

Portanto, não se pretende desconsiderar o grande choque ocasionado pelo 11 de setembro ou a seriedade de ataques dessa natureza para com a população doméstica de qualquer país de um modo geral. Mas o fato é que a ideia de luta contra o terrorismo foi recebida como uma dádiva estratégica para os propósitos políticos norte-americanos, os quais já vinham sendo modelados muito antes da tragédia em 2001. Os Estados Unidos não estavam preocupados em erradicar a prática do terrorismo, pois suas ações na guerra do Iraque em 2003 causaram um terrorismo muito maior. O que de fato se objetivava era a legitimação do conflito que lhe favorecia o direcionamento político escolhido para o século XXI.

A segurança tão buscada pelos atores internacionais está relacionada a uma lógica de valor. Tal lógica se expressou claramente na ênfase do discurso político embasada na difusão do medo. Havia uma clara concepção de ameaça aos valores essenciais norte-americanos, aos princípios de justiça e de preservação da vida civil. Sendo a relação de valor intrínseca à segurança, tem em vista as considerações de Wolfers: “a segurança, num sentido objetivo, mede a ausência de ameaças a valores adquiridos, num sentido subjetivo, a ausência de medo que esses valores sejam atacados” (WOLFERS, 1952: 485, TL). É nesse espaço que se insere a relevância da mentira construída sobre as bases do medo, as pessoas farão tudo o que puderem para extinguir uma ameaça que lhes cause pavor. Por isso, quando os Estados Unidos entenderam que a população não enxergaria a ameaça iraquiana com a devida seriedade para a segurança nacional, a difusão do medo foi utilizada para legitimar medidas mais drásticas de proteção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho não tem absolutamente a intenção de fazer apologia ao uso da mentira na formulação de política externa, nem ainda defender como honrosa ou acertada a sua importância em assuntos de Estado. No entanto, a mentira, de fato, é um elemento historicamente utilizado pelos formuladores de política internacional e o seu valor enquanto objeto de estudo oferece suficiente relevância à pesquisa. Não há como ignorar que no uso da mentira política internacional existe uma lógica de construção de pensamento que ultrapassa o juízo de valor moral recorrente ao engano do público alvo. Pois a mentira é um recurso estratégico utilizado para moldar o comportamento do Estado ao qual se endereça, na perspectiva da contínua insegurança existente em um ambiente político externo desprovido de autoridade central.

A instrumentalização da mentira no cenário político internacional envolve mais que indagações relativas à ética e à moral comumente aceitas pela sociedade, se refere a questões cruciais de segurança e defesa, guerra e paz, coesão interna e estabilidade externa. Portanto, em vista da falta de produção científica sobre a utilização da mentira nas relações estabelecidas entre os Estados, os estudiosos políticos deveriam ser compelidos a pesquisar e escrever acerca deste tema. Pois não há como negar que as mentiras são ferramentas políticas e estão a serviço do Estado, e isso é motivo mais que suficiente para considerá-la como um importante objeto de estudo nas Relações Internacionais.

Mearsheimer dá um passo significativo no estudo da articulação da mentira na política externa, quando escreve “Porque os líderes mentem: toda a verdade sobre a política internacional”. Ele constrói quadros analíticos e tece argumentos centrais que orientam o modo pelo qual a mentira pode ser compreendida no cenário político internacional. Ao elencar a categoria geral do engano, bem como suas distintas manifestações, a mentira, a torção e a omissão, Mearsheimer dá o pontapé inicial para que a mentira seja teorizada a partir da ciência política. Sua obra é um desafio acadêmico que serve de encorajamento para que outros construam questionamentos e provas aos seus argumentos. Nesse sentido, este trabalho é uma extensão ao estudo da mentira nas relações de poder. Busca compreender porque a mentira é uma ferramenta tão relevante e como este fenômeno, fatidicamente negligenciado na ciência política, pode tomar proporções relativas à guerra e à paz no sistema internacional.

O realismo ofensivo explica a instrumentalização da mentira nas relações interestatais porque tanto a teoria quanto o objeto de pesquisa são dotados de semelhante lógica causal. Os Estados querem maximizar seu poder relativo e para isso utilizarão dos meios que lhes forem

disponíveis, sejam estes honráveis ou não, porque a anarquia internacional os compele a isso. Já a utilidade da mentira é o que a torna uma variável relevante em determinadas circunstâncias do cenário político de poder. Em um mundo de anarquia entre as unidades políticas, a mentira pode ser uma arma de ataque ou de defesa e, considerando que no realismo ofensivo se ataca para se defender, o engano pode ser perfeitamente compreendido como um objeto da sobrevivência estatal.

No entanto, nem todos os argumentos bem formulados referentes aos benefícios da instrumentalização da mentira poderiam extinguir a seriedade das consequências dessa ação. Existem graves desvantagens para quem se torna alvo do engano político, porém, os prejuízos são passíveis de ocorrer de modo ainda mais enfático aos promulgadores do engano. Os Estados Unidos são o exemplo mais categórico de Estado que viabiliza ações estratégicas através da retórica política enganosa. Ao utilizar a difusão do medo, por exemplo, se evidencia como suas intenções realistas são canalizadas através do ataque discursivo indireto. Por ser a nação norte-americana aquela que detém a primazia nas relações de poder e se constituindo como ator insular, status que o torna necessariamente mais seguro, infundir o terror em sua própria população só enfatiza como a maximização de poder relativo não deixou de permear medidas políticas adotadas pelo Estado.

A guerra contra o terror, aplicada ao conflito direto contra o Iraque, é apenas um exemplo entre tantos outros casos de mentiras articuladas entre Estados. Contudo, a tragédia social e política causada a ambos os atores envolvidos neste conflito explicitado, é, sem dúvidas, singular. Não havia no Iraque força capaz de fazer frente aos Estados Unidos, nem relevância de regime antidemocrático que fizesse um equilibrador externo reconfigurar toda a sua política externa do dia para a noite. Nem mesmo o 11 de setembro interrompeu a estratégia mais ampla de predominância política norte-americana para a região do Oriente Médio no início do século XXI. A mentira, então, foi parte central para o processo de conferir legitimidade nacional e internacional para o conflito injusto. Mesmo saindo pela culatra, com a descoberta de uma série de enganos ao longo do conflito, a difusão do medo foi bem-sucedida no que se propunha ao momento de sua formulação.

Portanto, as mentiras são um fenômeno político real e comprovadamente estabelecido nas relações de poder entre os Estados, não importando qual seja a forma de governo que estes apresentem. Embora não sejam corriqueiras na diplomacia, quando empregadas, podem reverter difíceis circunstâncias políticas com otimização de tempo e de recursos materiais. São ferramentas meticulosamente arquitetadas por atores políticos racionais, dotados de interesses diversos e, por vezes, conflitantes aos demais no sistema internacional. Sua utilidade é o que

engrandece a sua relevância política, porém o benefício que esta arma proporciona a um ator, necessariamente acarretará a desgraça de outro, senão dos dois. O realismo ofensivo explica que a vantagem estratégica para a segurança de um Estado não pode ocorrer sem que os demais atores sejam ameaçados, pois ainda que tal Estado não tenha, de fato, intenções hostis em relação aos demais, não existem garantias concretas de que não utilizará o acúmulo de poder disponível para o ataque. Em vista da relevância estratégica evidente, a consideração mais contundente que se pode propor acerca da instrumentalização da mentira no cenário político internacional é que o rigor da urgência circunstancial determinará a eficácia de sua utilidade.

REFERÊNCIAS

- ALTERMAN, E. **When Presidents Lie: A History of Official Deception and Its Consequences**. Nova York, Viking, 2004
- ARISTÓTELES. **A Política**. 3 Ed. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília, Editora Universidade de Brasília - UNB, 1997.
- ARON, R. **Paz e Guerra Entre as Nações**. Brasília, Editora UNB, 2002.
- BARNES, J. A. **A Pack of Lies: Towards a Sociology of Lying**. Cambridge, Reino Unido. Cambridge University Press, 1994.
- BLANS, S. L. **A Análise da Mentira em Agostinho**. 2012. 154 f. Tese (Mestrado em Filosofia) – Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2012.
- BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília, UNB, 1998.
- BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política: A Filosofia e as Lições dos Clássicos**. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BOK, S. **Lying: Moral Choice in Public and Private Life**. 2ª ed. Nova York, Vintage Books, 1999.
- BRIGHAM, R. K. **Iraq, Vietnam, and the Limits of American Power**. New York, Public Affairs, 2006.
- BULL, H. **A Sociedade Anárquica: Um Estudo da Ordem na Política Mundial**. São Paulo, Editora: Universidade de Brasília, 2002.
- CANDIOTTO, C. **Verdade e Diferença no Pensamento de Michel Foucault**. Belo Horizonte, *Kriterion*, nº 115, p. 203-217. jun 2007.
- CANIATO, A. **A Banalização da Mentira na Sociedade Contemporânea e Sua Internacionalização como Destrutividade Psíquica**. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2007.
- CARR, E.H., **Vinte Anos de Crise, 1919-1939**. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado Universal de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001.
- CBSNEWS. **Obama Announces End of Iraq War, Troops to Return Home By Year End**. Disponível em: <<http://www.cbsnews.com/news/obama-announces-end-of-iraq-war-troops-to-return-home-by-year-end/>>. Acesso em: 29 mai de 2015.
- CHOMSKY, N. **Poder e Terrorismo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Editora Record, 2005.
- CLAUSEWITZ, C. V. **On War**. Trad. and Ed. Michael Howard e Peter Paret. Princeton, NJ: Princeton University Press. Esp. books 1, 8., 1976.

CRENSHAW, M. **Terrorism and Global Security**. In: CHESTER A. CROCKER, FEN OSLER HAMPSON AND PAMELA AALL. *Leashing the Dogs of War*. Washington, United States Institute of Peace, p. 67 – 82, 2008.

DERGHOUKASSIAN, K. **O Estado Cortesão Nas Relações Internacionais: A Disputa Por Poder e Lucro**. CONTEXTO INTERNACIONAL. Rio de Janeiro, vol. 24, nº 2, julho/dezembro, p 267-328, 2002

DERRIDA, J. **História da Mentira: Prolegômenos**. São Paulo, Estudos avançados da USP, 1996.

EVERA, S. V. **Offense, Defense and the Causes of War**. *International Security*, Vol. 22, No. 4, (Spring), pp. 5-43, 1998.

GUERREIRO, M. A. L. **A Mentira de Um Ponto de Vista Ético e Político em Celso Lafer**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. SABERES, Natal – RN, v. 1, n.2, mai 2009.

HOBBS, T. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Nizza da Silva. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 2003.

HOBBS, T. **The Elements of Law Natural and Politic**. Cambridge, Cambridge University Press, ASIN: B001R93ELA, 1928.

HOBBS, E. J. **Nations and Nationalism since 1780**. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

LIND, W. et. al. **The Changing Face of War: Into the Fourth Generation**. *Marine Corps Gazette*, Outubro 1989. Disponível em: <[www.mca-marines.org/files/The Changing Face of War - Into the Fourth Generation.pdf](http://www.mca-marines.org/files/The%20Changing%20Face%20of%20War%20-%20Into%20the%20Fourth%20Generation.pdf)>. Acesso em: 25 maio de 2015.

MANNING, B. **The Congress, the Executive and Intermestic Affairs: Three Proposals**. *Foreign Affairs*, vol. 55, no 2, pp. 306-324, 1977.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: DPL Editora, 2008.

MEARSHEIMER, J. J. **Por que os Líderes Mentem: Toda a Verdade Sobre as Mentiras na Política Internacional**. Rio de Janeiro: Zahar. ISBN 978-85-378-0610-4. 2012.

MEARSHEIMER, J. J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York – London: Norton Company, 2001.

MINGST, K. A. **Princípios de Relações Internacionais**. 4. ed. Trad. Arlete Simille Marques. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

MORGENTHAU, H. **A Política entre as Nações**. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. Editora Universal de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MOTHER JHONES. **Lie by Lie: A Timeline of How We Got Into Iraq**. Disponível em: <<http://www.motherjones.com/politics/2011/12/leadup-iraq-war-timeline>>. Acesso em: 29 mai de 2015.

NETO, O. M. **Poder, Violência e Mentira, à Luz do Pensamento Político de Hannah Arendt**. Toledo, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2007.

PINHEIRO, P.S. **O Conceito de Sociedade Civil**. PUC- Rio. Disponível em: <www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6617/6617_5.PDF>. Acesso em: 09 Jul de 2015.

RITCHIE, N; ROGERS, P. **The Political Road To War With Iraq: Bush, 9/11 and the drive to overthrow Saddam**. New York, Routledge, 2007.

ROGERS, P. **Terrorism**. In: WILLIAMS PAUL. *Security Studies: An Introduction*. New York, Routledge, p. 171-184, 2008.

SAID, E. W. **They Call All Resistance "Terrorism"**. *International Socialist Review*, Aug/Sep, 2001.

SNYDER, G. H. **Mearsheimer's World – Offensive Realism and the Struggle for Security**. A Review Essay. *International Security*, Vol. 27, No. 1, pp. 149–173, 2002.

TERRA. **Atentados de 11/9 Causaram Prejuízo de US\$ 33 Bilhões**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI68356EI789,00Atentados+de+causaram+prejuizo+de+US+bilhoes.html>>. Acesso em: 02 jun de 2015.

THE WASHINGTON POST. **President Bush Addresses the Nation**. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wpsrv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html>. Acesso em: 29 mai de 2015.

WALTZ, K. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa, Gradiva, 2002.

WALZER, M. **Just and Unjust Wars: A Moral Argument With Historical Illustrations**. 3ª ed., New York, Basic Books, 2000.

WOLFERS, A. **National Security as an Ambiguous Symbol**, *Political Science Quarterly*, Vol. 67, No. 4 (Dec., 1952), pp. 481-502. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2145138>> Acesso em: 10 mai 2015.

YERGIN, D. **A Busca: Energia, Segurança e Reconstrução do Mundo Moderno**. Trad. Ana Beatriz Rodrigues. – 1ª edição – Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014.

ZACARIA, F. **The Post American World**. London, Copyright, 2008.